

Miguel Ângelo Silveira

**VISTORIA PREVENTIVA RESIDENCIAL (VPR):
CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO DE PREVENÇÃO CRIMINAL
ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DO
AMBIENTE CONSTRUÍDO**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós Graduação em Engenharia Civil da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Engenharia Civil
Orientador: Prof. Dr. Carlos Loch

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Silveira, Miguel Ângelo

Vistoria preventiva residencial (VPR) [dissertação] :
construção do serviço de prevenção criminal através da
avaliação da vulnerabilidade do ambiente construído /
Miguel Ângelo Silveira ; orientador, Carlos Loch -
Florianópolis, SC 2012.

115 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em
Engenharia Civil.

Inclui referências

1. Engenharia Civil. 2. Segurança Pública. 3. Prevenção
Criminal. 4. Ambiente construído. 5. Vistoria preventiva
residencial. I. Loch, Carlos. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia
Civil. III. Título.

Miguel Ângelo Silveira

**VISTORIA PREVENTIVA RESIDENCIAL (VPR):
CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO DE PREVENÇÃO CRIMINAL
ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DO
AMBIENTE CONSTRUIDO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil

Florianópolis, 26 de novembro de 2012.

Prof. Roberto Caldas de Andrade Pinto. PhD
Coordenador do PPGEC

Banca Examinadora:

Prof. Carlos Loch, Dr. - Orientador - ECV/UFSC

Prof. Ricardo Stanziola Vieira, Dr. - Univali

Prof^ª. Lia Caetano Bastos, Dra. - ECV/UFSC

Prof. Rafael Augusto dos Reis Higashi, Dr. - ECV/UFSC

Prof. Alexandre Hering Coelho, Dr. - ECV/UFSC

À Deus por me permitir viver. Aos meus pais, pelo apoio e incentivo em todos os momentos de minha vida. A minha querida esposa e minha filha pela alegria de tê-las comigo todos os dias.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo seu eterno amor, pois quem permanece no amor permanece em Deus, e Deus nele.

Ao Professor Carlos Loch pela sua excelente orientação, sem a qual eu não conseguiria concluir este Mestrado.

Ao Professor Roberto de Oliveira por ter dedicado alguns anos de sua vida acadêmica e científica me orientando no início deste mestrado.

Ao Major PM, Jorge Eduardo Tasca, do 3º Estado Maior da PMSC, por ter permitido o meu acesso aos planejamentos e ações estratégicas do Estado Maior da PM;

Ao Coronel PM Nazareno Marcineiro, Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, por ter acreditado neste estudo autorizando a sua implementação;

Ao Ten. Coronel PM, Marcos Vinicius Bedretchuk, Comandante do 7º Batalhão de Polícia Militar, em São José, por ter acreditado neste projeto, aceitando o desafio de ser o primeiro Batalhão a oferecer o serviço de Vistoria Preventiva Residencial (VPR) à comunidade catarinense;

Ao Setor de Pesquisa e Extensão (SEPE) da PMSC, pelo apoio incondicional durante todas as pesquisas realizadas;

Aos demais Professores do Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil (PPGEC), por me oportunizarem momentos de aprendizagem e crescimento.

Aos companheiros de estudos pelo apoio, dedicação e amizade nestes anos de convivência na UFSC.

E à todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho.

“Se em uma rua escura se cometem mais atos violentos do que em uma rua clara, bastaria iluminá-la e isso se tornaria mais eficaz do que construir prisões (...)” (FERRI, 1999).

RESUMO

A vida, a integridade física e o patrimônio, são direitos essenciais assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, sendo também o foco e de responsabilidade dos órgãos de Segurança Pública. Assim buscou-se promover a redução da criminalidade, contribuir para os serviços de segurança pública e para a diminuição dos custos estaduais com a segurança urbana. Para isso, criou-se um questionário para realizar a vistoria em residências, objetivando a prevenção do crime. Através das análises de pesquisas e estudos sobre a ação criminosa em residências, elaborou-se um questionário que apontam as características e os elementos constitutivos do ambiente construído que influenciam na prática criminosa, e descortinam a conduta do infrator na tentativa de invadir as residências. Foi realizado um pré-teste em uma quadra do bairro Jardim Florianópolis, do município de São José - SC, para verificar a coerência e confiabilidade do questionário. Tendo confirmado estas características, aplicou-se o índice de vulnerabilidade nestas residências, apresentando estes dados em um SIG. Como resultado obteve-se que das 20 residências vistoriadas, 01 residência apresentou alta vulnerabilidade, 17 apresentaram índice de média vulnerabilidade e 02 residências apresentaram índices de baixa vulnerabilidade. Comparando com os dados históricos de ocorrências policiais, constatou-se que as casas com baixa vulnerabilidade nunca foram assaltadas, as residências com média vulnerabilidade 40% foram assaltadas e as casa com alta vulnerabilidade foi assaltada 02 vezes. Estes dados comprovam a probabilidade que pretende apontar o questionário com relação a vulnerabilidade de ser vítima de crimes residenciais.

Palavras-chave: segurança pública, urbanismo, ambiente construído, habitação, prevenção, crime, vistoria preventiva.

ABSTRACT

The life, physical integrity and property, are essential rights guaranteed by the Brazilian Constitution, promulgated in 1988. Their protection is also one of the main purposes of Public Safety activities. Thus, the present search analyzes and propounds a way for the communities to feel more secure, promoting the crime reduction, contributing with public safety services and aiding states to reduce expenses in urban security. That's why a questionnaire was created in order to be applied during homes inspect, objecting crime prevention. This questionnaire has been the result of analysis on researches and studies about criminal activities in residences, it also points the characteristics and elements of the built environments that become easy the criminal practices, and shows the way of invade homes used by bandits. A previous test has been applied in a block of Garden Florianópolis neighborhood, placed in San José-SC, to check the consistency and reliability of the questionnaire. Once confirmed the characteristics above, it was also applied the vulnerability index on these residences and the data results had been presented in a GIS. It was verified that among 20 homes inspected, 01 was extremely vulnerable, 17 were reasonably vulnerable and 02 evidenced low levels of vulnerability. Analyzing the historical data from police reports, it was detected that homes with low vulnerability had never been mugged, among households with average vulnerability, 40% were robbed and houses with high indication of vulnerability was assaulted for 02 times. These data demonstrate the probability which this questionnaire intends to point, in other words, the vulnerability on being a victim of a residential crime.

Keywords: public safety, urbanism, built environment, housing, prevention, crime, preventive inspection.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Custos com a violência 1997	42
Quadro 02: Custos com a violência 2004	43
Quadro 03: Comparativo de ocorrências policiais	62
Quadro 04: Dados do município de São José	79
Quadro 05: Bairros e habitantes do município de São José	79
Quadro 06: Elementos do cálculo do Índice de Vulnerabilidade do Ambiente Construído (IVAC)	82
Quadro 07: Fórmula matemática do cálculo do Índice de Vulnerabilidade do Ambiente Construído (IVAC)	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Triângulo do crime	30
Figura 02: Índices de criminalidade no mundo	39
Figura 03: Fotos comparativas da comunidade Chico Mendes	58
Figura 04: Comunidade Chico Mendes	59
Figura 05: Comunidade Chico Mendes	59
Figura 06: Comunidade Chico Mendes	60
Figura 07: Comunidade Chico Mendes	61
Figura 08: Foto da praça histórica de São José	64
Figura 09: Foto da rua Koesa, Kobrasol	64
Figura 10: Divisão política do Estado de Santa Catarina	76
Figura 11: Município de São José / SC	77
Figura 12: Distrito de Barreiros	77
Figura 13: Quadra do Bairro Jardim Cidade de Florianópolis	78
Figura 14: Quadra do Bairro Jardim Cidade de Florianópolis	78
Figura 15: Tabela de atributos: Residências com alta vulnerabilidade	85
Figura 16: Tabela de atributos: Residências com baixa vulnerabilidade	85
Figura 17: Tabela de atributos: Residências com média vulnerabilidade	85
Figura 18: Associação entre tabela de atributos e o mapa	86
Figura 19: SIG realizado na quadra vistoriada, apresentando o Índice de Vulnerabilidade	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Gastos feito pelo cidadão indiretamente através de impostos que são alocados no combate ao crime, Estado de São Paulo	44
Tabela 02: Características das Propriedades Vitimadas, crime contra o patrimônio.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Violência e criminalidade no Brasil	40
Gráfico 02: Taxa de homicídio por área em SC	46
Gráfico 03: Taxa de homicídios por regiões metropolitana em SC..	47
Gráfico 04: Roubos em SC	49
Gráfico 05: Furtos em SC	50
Gráfico 06: Comparativo ente roubos, furtos e homicídios em SC..	51
Gráfico 07: Comparativo furto do 1º trimestre de 2010 a 2012.....	52
Gráfico 08: Estatística nacional do DEPEN - Homem	53
Gráfico 09: Estatística nacional do DEPEN - Mulher	53
Gráfico 10: Delitos praticados com maior frequência	54
Gráfico 11: Meio usado para cometer o furto	67
Gráfico 12: Critério de escolha da propriedade para cometer crime	68
Gráfico 13: Critério de preferência do tipo de propriedade para cometer crime	69
Gráfico 14: Critério de preferência do estilo de prosperidade para cometer crime	69
Gráfico 15: Elementos no ambiente construído que dificultam o cometimento do crime de furtos ou roubo	70
Gráfico 16: Meios utilizados para a prática de delitos a residência	71
Gráfico 17: Características que facilitam a ação criminosa	72
Gráfico 18: Providências realizadas para aumentar a segurança habitacional	73
Gráfico 19: Índice de Vulnerabilidade do Ambiente Construído (IVAC)	88
Gráfico 20: Emprego X Escolaridade	89
Gráfico 21: Emprego X N° da Residência visível	90
Gráfico 22: Emprego X Nome da Rua visível	91
Gráfico 23: Nome da Rua X N° da Residência visível	92
Gráfico 24: Assalto X Mudança estrutural	93
Gráfico 25: Assalto X Iluminação pública	94

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SIMBOLOS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CF - Constituição Federal
CE - Constituição Estadual
CTM - Cadastro Técnico Multifinalitário
DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional
FGV - Fundação Getúlio Vargas
SIG - Sistema de Informação Geográfica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILANUD - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a
Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquente
IVAC - Índice de Criminalidade do Ambiente Construído
GNR - Guarda Nacional Republicana
OMS - Organização Mundial da Saúde
PC - Polícia Civil
PE - Polícia do Exército
PM - Polícia Militar
PMPR - Polícia Militar do Paraná
PMSC - Polícia Militar de Santa Catarina
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SisCOP - Sistema de Controle Operacional
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
1.1 HIPÓTESE	28
1.2 OBJETIVOS	28
1.2.1 Objetivo Geral	28
1.2.2 Objetivos Específicos	29
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA	29
1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	30
1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	31
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	31
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	33
2.1 ORDEM PÚBLICA	33
2.1.1 A Polícia Militar	35
2.1.2 Áreas de Atuação da Polícia Militar	37
2.2 CRIME E VIOLÊNCIA	37
2.2.1 Custo do Crime e da Violência	41
2.2.2 Crime e Violência em Santa Catarina	45
2.2.2.1 Crime de Homicídio	45
2.2.2.2 Crime de Roubo	47
2.2.2.3 Crime de Furto	49
2.2.3 Mapeamento da Criminalidade	55
2.3 A URBANIZAÇÃO E A CRIMINALIDADE	55
2.3.1 O Cadastro Técnico Multifinalitário e a Segurança Pública	64
2.4 SEGURANÇA HABITACIONAL	66
3 METODOLOGIA	75
3.1 ÁREA A SER ESTUDADA	76
3.2 DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ	79
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	80
3.4 ANÁLISE SEMÂNTICA	80
3.5 QUESTIONÁRIO	80
3.6 MÉTODO DE VISTORIA	81
3.7 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (IVAC)	81
3.8 PRÉ-TESTE	83
3.9 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)	83
3.9.1 Dados Cartográficos	83
3.9.2 Banco de dados	83

3.9.3 Articulação de Dados Cartográficos	84
3.9.4 Estruturação do Banco de Dados	84
3.10 RESULTADOS OBTIDOS	88
3.10.1 Índice de Vulnerabilidade	88
3.10.2 Da Correlação de Dados	89
4 RESULTADOS E ANÁLISES	95
4.1 CARACTERÍSTICAS DAS RESIDÊNCIAS QUE FAVORECEM A AÇÃO CRIMINOSA	95
4.2 CARACTERÍSTICAS DAS RESIDÊNCIAS QUE FAVORECEM A SEGURANÇA	96
4.3 INOVAÇÃO	98
4.4 DIFICULDADES NA APLICAÇÃO DO PRÉ-TESTE	98
4.5 ACEITAÇÃO DA POPULAÇÃO	99
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	101
5.1 CONCLUSÕES	101
5.2 RECOMENDAÇÕES	102
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE	113

1 - INTRODUÇÃO

Perante os atuais índices de criminalidade e de violência, buscou-se encontrar uma alternativa para que as residências se tornem mais seguras, contribuindo para os serviços de segurança pública.

Os órgãos de Segurança Pública e os órgãos de planejamento urbano não dão a devida importância sobre a influência que o desenho urbano e a habitação exercem sobre o crime e a violência. Somente de uma maneira secundária é que o local do crime é levado em consideração no planejamento de ações de segurança pública de caráter preventivo. É necessário, entretanto salientar que mesmo que os órgãos policiais tenham conhecimento acerca dos problemas de segurança pública de determinadas áreas, devido aos mais variados problemas de planejamento urbano e infraestrutura, estes sozinhos pouco podem fazer senão agir de maneira reativa. Há necessidade de uma postura pró-ativa, juntamente com os órgãos públicos e com empresas privadas no tocante a gestão urbana.

A segurança pública deve exercer uma função normativa preventiva, a fim de apresentar soluções e medidas preventivas para minimizar possibilidades de ocorrência delitual favorecido pela concepção do ambiente construído. Com contribuição ao ambiente urbano, a Segurança Pública, pretende participar através de um processo contínuo e permanente no exame e na minimização dos fatores críticos de vulnerabilidade e riscos da habitação unifamiliar isolada, buscando as melhores estratégias alternativas para reduzir a possibilidade de vitimização e revitimização, preservar o patrimônio e aumentar o sentimento de segurança.

A atuação policial se dá no meio urbano ou rural, junto às vias públicas e edificações. O policial poderá atuar em áreas privadas somente em flagrante delito, ou com autorização do proprietário ou com mandado judicial. O meio urbano atualmente apresenta diversas características decorrentes do crescimento desenfreado, do desenvolvimento social e de todas as suas consequências. Dentre as mais impactantes consequências pode-se apontar a malha viária incompatível com o fluxo de veículos, que impede as ações emergenciais e de segurança; a formação desestruturada do desenho urbano; a favelização; as dificuldades de mobilidade urbana; a existência de grandes áreas privadas sem possibilidade de supervisão estatal; a existência de locais isolados ou inatingíveis; a perda de identidade social; a ausência do sentimento de lugar; o isolamento

residencial, entre outros. Além disso, o ambiente urbano é o palco onde ocorre o combate entre o Estado e a criminalidade.

A vida, a integridade física e o patrimônio são direitos essenciais assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. A Polícia Militar de Santa Catarina encontrou no Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Urbana os meios e as formas de grande valia para a promoção, garantias e exercícios destes direitos.

Com base nisso, destacam-se as características da habitação que vão mais além do que aspectos arquitetônicos, de estilos, estéticos ou funcionais, são as características e os aspectos do ambiente construído que influenciam na ocorrência, ou na reincidência, do crime na habitação. Podendo-se citar o desenho urbano incompleto, o fraco desempenho social da habitação no tocante a supervisão social, erros na concepção das edificações isoladas. Esta concepção parcialmente planejada agrega características negativas geradoras de intercorrências sociais negativas, situações de quebras da ordem pública, como também apresentam características singulares prejudiciais à atuação do Estado junto à sociedade, em específico, dos órgãos de segurança pública.

1.1 HIPÓTESE

É possível a criação de um instrumento que se torne uma nova forma de prevenção do crime e da violência. Este instrumento deve atuar no auxílio da diminuição da vulnerabilidade do ambiente residencial, unifamiliar e isolado, reduzindo o risco de vitimização, revitimização e dano patrimonial.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Construir o questionário para o serviço de vistoria preventiva em residências unifamiliares isoladas, buscando detectar a vulnerabilidade destes ambientes construídos, que oportunize o cometimento de crimes contra o patrimônio.

Este instrumento deverá gerar dados e informações para compor mapas temáticos e alimentar um Sistema de Informações Geográficas (SIG) para a Segurança Pública.

1.2.2. Objetivos Específicos

- a) Apresentar, com base na legislação brasileira, a competência da Polícia Militar para atuar junto às organizações urbanísticas e as habitações;
- b) Apresentar, com base na doutrina dominante, o fenômeno do crime;
- c) Apresentar através de estudos estatísticos as condutas dos agentes criminosos e as formas de cometimento de crimes em residências;
- d) Com base nestes estudos estatísticos, apontar as características e os elementos constitutivos das habitações que possam influenciar nas atividades criminosas;
- e) Definir as características desejáveis na habitação, e em seu ambiente, que favorecem a segurança;
- f) Com base nestas características, elaborar o questionário para a vistoria residencial.
- g) Estabelecer um índice para a vulnerabilidade destes ambientes.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

O ambiente de oportunidades para a ocorrência de delitos tem revelado uma notável capacidade explicativa na literatura criminológica internacional. A dinâmica de fatores ambientais na distribuição de crimes em espaços urbanos tem sido cada vez mais utilizada para a discussão dos componentes racionais da atividade criminosa, assim como para o desenvolvimento de estratégias de prevenção situacional (FELSON e CLARKE, 1998).

Através do Cadastro Técnico Multifinalitário será possível criar mapas temáticos indicando as vulnerabilidades de casas, quadras e bairros vistoriados. Estes mapas servirão de referência para o emprego do efetivo policial.

Na perspectiva criminológica tradicional, a ênfase na explicação da distribuição de crimes recai nos vários fatores que afetam a escolha por parte dos indivíduos, como predisposições pessoais, forças socializantes da família, dos pares e da escola, reforços proporcionados pela comunidade e, ainda, arranjos institucionais de diversas naturezas. Porém, do ponto de vista da formulação de políticas públicas, esse tipo de resultado pode ser irrelevante, uma vez que aponta para fatores que

não estão sob o controle do Estado ou onde a intervenção estatal pode não ser desejável (WILSON, 1983).

Para que um crime ocorra deve haver uma convergência de tempo e espaço em, pelo menos, três elementos (figura 01), (SENASP, 2009):

- a) O alvo adequado à ação, podendo ser uma vítima, bens ou o patrimônio;
- b) O agente propenso à ação criminosa, com interesse, ânimo e capacidade de agir, que se tornará em um agressor, e;
- c) A ausência de um guardião ou resistência capaz de impedir a ação criminosa.

Logo, percebe-se que há na habitação dois elementos do triângulo do crime, sendo o primeiro o “Alvo” quando a propriedade é o objetivo da ação criminosa, e o segundo elemento a “Ausência de um guardião ou resistência” quando a habitação está entre o alvo e o criminoso, impedindo que este alcance seu objetivo.

FIGURA 01 - Triângulo do Crime.



Fonte: SENASP, 2009.

Percebe-se a importância que o ambiente residencial unifamiliar isolado possui para as atividades de segurança pública e prevenção criminal, fazendo-se necessário este estudo com o objetivo de potencializar elementos construtivos nas habitações, para que promova uma resistência mais efetiva, reduzindo, desta forma, a probabilidade de vitimização ou revitimização (FARREL, *et all.* 2005).

Este estudo tem a intenção de auxiliar na redução da vulnerabilidade e do risco de crimes em residências, contribuindo para a segurança pública, promovendo a prevenção criminal e a paz social.

1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Nas últimas décadas foram feitos estudos e pesquisas a cerca da relação do ambiente urbano e da criminalidade. Nestes estudos encontram-se apontadas as características da habitação e do seu

ambiente que lhes vulnerabilizam ao ato criminoso. Entretanto, não foi encontrado qualquer procedimento, questionário ou formulário que oportunizasse aos órgãos de segurança uma análise destes ambientes, podendo indicar melhorias para a redução da probabilidade de vitimização ou lesão patrimonial.

Como produto desta pesquisa propõe-se a elaboração de um questionário para a vistoria, acredita-se que com este instrumento será possível uma análise das habitações, com a finalidade de constatar previamente as possíveis fragilidades, e lhe reduzir a vulnerabilidade ao crime e a violência. Como também prestar a sociedade orientações e sugestões para melhorias das características ou elementos na habitação, potencializando a resistência aos atos criminosos.

1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O referido estudo busca construir um método de avaliação da segurança e da vulnerabilidade de ambientes construídos em específicos, residências unifamiliares isoladas. Para isso, fez-se uso das pesquisas estatísticas da SisCop (PMPR, 2007) e CRISP (2002) e PMSC (2009), no qual foram levantados dados importantes sobre o comportamento criminal e as características construtivas dos ambientes.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica desenvolvida para demonstrar os temas mais influentes relacionados ao problema do crime e da violência. Abordou-se a ordem pública, com o objetivo de apontar a responsabilidade e as atribuições dos órgãos públicos para a questão da criminalidade e da violência. Foi abordada a problemática da criminalidade e da violência, seus índices no mundo, no Brasil e em Santa Catarina, onde se destacou os crimes contra o patrimônio. Em seguida abordou-se a relação da urbanização e da criminalidade, novamente apresentando estudos e dados estatísticos, relacionando-o com as características e elementos de segurança no ambiente construído.

O capítulo 3 descreve a metodologia aplicada para alcançar as metas definidas na pesquisa.

O capítulo 4 discute os resultados obtidos a partir do referencial teórico, e dos dados estatísticos. Em posse destes dados pode-se elencar os elementos a serem vistoriados nas habitações, confeccionando o

questionário de vistoria e o índice de vulnerabilidade do ambiente construído.

O capítulo 5 apresenta e discute as principais conclusões, fornecendo respostas aos questionamentos da pesquisa. Baseado nesta discussão, este capítulo apresenta a vistoria preventiva como uma forma de redução do crime contra a propriedade e sugere temas para pesquisas futuras a partir dos resultados obtidos.

O Apêndice I apresenta o questionário para a realização da vistoria preventiva residencial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será tratado sobre temas influentes relacionados ao problema da criminalidade e da violência que repercutem na habitação, abordará a ordem pública, relacionando-a com a urbanização, a competência da polícia militar para atuar junto aos órgãos urbanísticos e as habitações, apresenta a base da doutrina dominante sobre o fenômeno da criminalidade e da violência, relacionando-a com o ambiente urbano. Além disso, traz dados estatísticos sobre as condutas dos agentes criminosos e as formas que utilizam para o cometimento de crimes em residências.

Esta fundamentação teórica é importante para se possa compreender e estabelecer a relação do crime com as habitações, desvendando de que forma ocorre o crime contra a propriedade.

2.1 ORDEM PÚBLICA

O ambiente construído atingiu um alto nível de urbanização, sendo esta uma consequência dos conjuntos de empreendimentos, de combinações aleatórias das construções desenfreadas e desordenadas e, inegavelmente, das clandestinas. Isto gera grande influência e consequência sobre a vida urbana.

Os órgãos de Segurança Pública, objetivando o cumprimento de suas missões constitucionais, embrenham-se na prevenção e persecução criminal nos ambientes urbanos e vias públicas, sujeitando-se e expondo-se aos perigos existentes. Há conjuntos de habitações onde são verdadeiros obstáculos contra a atuação ou a promoção da segurança.

A segurança surgiu como uma das necessidades essenciais do homem em ter garantias de proteção. Faz parte do exercício regular do direito ter e manter a propriedade, ter garantias de segurança, de proteção da integridade física e da vida, a manutenção dos bem jurídicos e da ordem pública da sociedade. Segundo o Art. 144 *Caput* da Constituição da Republica Federativa do Brasil, promulgada em 1988 e do Art. 105 *Caput* da Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada em 1989 (BRASIL, 2004), definem Segurança Pública:

“A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)” (BRASIL,

CF/88, 2004 e SANTA CATARINA, CE/89, 1997).

Percebe-se então que a prevenção do patrimônio como a habitação e os demais pertences integrantes desta habitação, juntamente com a integridade física e a vidas dos moradores, são obrigações dos órgãos de segurança pública, do Estado como este estatal, e de responsabilidade de todos, abrangendo toda a sociedade.

Não obstante a definição apresentada, os conhecimentos sobre segurança em geral não se encontram, entre nós, suficientemente teorizados, o que cria algumas dificuldades adicionais àquelas com que se deparou ao fazer o esforço de estudo e adaptação. Assim os termos anglo-saxônicos *Safety* e *Security*, apesar de traduzidos genericamente por “segurança” na verdade possuem uma sutil diferença. *Safety* corresponde a uma situação física de afastamento do perigo, e *Security* corresponde mais a um sentimento de proteção e segurança, resultante de um método sistemático e compreensivo (BITTNER, 1970). Algo semelhante se passa com a literatura francesa sobre segurança, onde, em situação menos clara que apresenta os seguintes termos: *Sauvetage*, que significa ação de afastar, salvar do perigo e de *Sécurité*, por sua vez, exprime confiança, tranquilidade, resultante do sentimento de não haver perigo (DUPONT, 2007).

Estabeleceu-se um paralelo entre os conceitos de *Safety* e *Sauvetage* ligados a idéia de salvo, livre de dano, protegido, sendo que esta a correspondência do termo português – Prevenção e Segurança. Sendo por fim os termos *Security* e *Sécurité* relacionados a idéias de Proteção e Seguridade.

Alves (2003) afirma que a segurança pública é a condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas.

Há no escopo das ações de Segurança Pública a Preservação da Ordem Pública. Definida pela legislação brasileira como:

“Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.”

(BRASIL, Art. 2º, item 21 do Dec. Lei n.º 88.777).

Percebe-se que a segurança é produto de um sentimento, o da ausência de medo, que associado ao raciocínio lógico da condição de proteção em que se encontra, resulta na percepção de segurança. É um estado de espírito que envolve a certeza da proteção (SCHNEIER, 2003). É uma situação em que as ameaças estão relativamente dominadas e existe uma crença subjetiva de que elas assim permanecem. Essas ameaças podem ser de origem natural, como enchentes e furacões; ou de origem social, como crimes e acidentes. O acúmulo das ameaças de origem social gera a chamada crise da segurança pública, que se manifesta por um crescente sentimento de insegurança na comunidade (ESPÍRITO SANTO e MEIRELES, 2003).

Dentre os órgãos componentes do sistema brasileiro de segurança pública, será abordado a Polícia Militar devido a sua atuação direta e constante no ambiente urbano.

2.1.1 A Polícia Militar

Conforme Walker (1977) existe diversas configurações e atribuições que são dadas as “polícias militares”, seguem alguns exemplos de organizações e países que possuem uma polícia militarizada e suas atribuições:

a) Uma seção militar sendo o único responsável pelo policiamento das Forças Armadas, como a Polícia do Exército (PE), da Marinha (PM) e da Aeronáutica (PA);

b) Uma seção militar responsável pelo policiamento das forças armadas e da população civil, a maioria gendarmeries, como a Gendarmerie francesa, a italiana Carabinieri e de Portugal a Guarda Nacional Republicana, também conhecida como GNR.

c) Uma seção militar sendo o único responsável pelo policiamento da população civil, como a Gendarmerie romena.

d) Uma polícia militar preventiva e uma polícia civil investigativa, como no Brasil.

e) Um serviço de aplicação da lei Militar Especial, como a Polícia Militar Russa.

Na maioria das polícias ocidentais, utiliza-se uma divisão, sendo uma polícia preventiva, fardada, não necessariamente militarizada, e uma polícia investigativa ou detetives. Não são necessariamente separados em instituições diferentes, em geral, apenas são separados em

departamentos diferentes, sendo que a sua denominação varia em cada país (BAYLEY, 1979).

A polícia preventiva pode ser denominada de diversas formas, como por exemplo: *Branch Uniform*, Polícia Militar, Divisão de Uniformes, Polícia Administrativa, Polícia de Ordem, ou Patrulha, fazem referência ao policial que realiza o patrulhamento e responde às emergências ou outros incidentes, em oposição existe os serviços dos detetives, sendo responsáveis pela investigação. Como o nome "uniformizados", sugere, eles usam uniformes e executam funções que exigem um reconhecimento imediato de autoridade legal ou de um oficial, como o controle de tráfego, e dão uma resposta mais ativa na prevenção ao crime. A polícia preventiva quase sempre compõe a maior parte do pessoal de um serviço de polícia. Na Austrália e Grã-Bretanha, o pessoal de patrulha também é conhecido como "general deveres" ou oficiais. No Brasil a polícia preventiva, é uma polícia de controle e supervisão administrativa da sociedade, conhecida como Polícia Militar (BAYLEY, 1979).

O sistema jurídico brasileiro reza que a instituição responsável pelo policiamento ostensivo e por preservar a ordem pública é a Polícia Militar, conforme prevê o artigo 144 §5º de nossa carta Magna, que possui o seguinte texto: “As Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da Ordem Pública; (...)” (BRASIL, CF/88, 2004).

A Polícia Militar executa esta função em duas fases distintas. A primeira delas é em situação de normalidade, ou seja, não há nenhuma quebra da ordem pública, neste caso a Polícia Militar deve promover ações de caráter preventivo que visam a dissuadir quaisquer quebra da ordem que possam vir a ocorrer, utilizando para isto o policiamento ostensivo e a supervisão social. A segunda fase, por sua vez, dá-se quando a ordem já foi quebrada, neste caso a Polícia Militar agirá de maneira repressiva, trata-se do policiamento repressivo, objetivando restabelecer a ordem, minimizar os danos, recuperar o patrimônio e responsabilizar os agentes infratores (WALNER, 2000).

Segundo Meirelles (1989), a primeira fase do policiamento, chamado de preventivo, é a mais importante, pois ao evitar que qualquer quebra da ordem ocorra, o Estado está impedindo uma série de danos à ordem social, e de diversas ordens de lesão social humano que muitas vezes são irreversíveis. Pois, bens inestimáveis poderão ser perdidos e jamais serem recuperados, são os valores humanos, fatores psicológicos gerados nas vítimas e familiares, o sentimento de insegurança e diversas outras questões de ordem intrínsecas. Além disso, o policiamento

preventivo evita os danos colaterais, pois as ações repressivas também podem atingir a população de diversas formas, não ficando restrito somente aos cidadãos infratores.

2.1.2 Áreas de Atuação da Polícia Militar

Os Bens Públicos são os bens de domínio nacional, estadual ou municipal pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, tratam-se de todas as coisas, corpóreas ou incorpóreas, imóveis, móveis e semoventes, créditos, direitos e ações, que pertençam a qualquer título, às entidades estatais, autarquias e paraestatais, como as vias públicas, parques, praças, prédios públicos, entre outros, assim Meirelles (1989), corrobora com o Código Civil Brasileiro (BRASIL, Código Civil, 2002, Art. 98); todos os outros bens são particulares, seja qual for a pessoa que pertence.

Considerando que a atuação do Estado está restrita aos bens públicos, conclui-se que a atuação da Polícia Militar, em situação de normalidade, fica restrita a estas áreas públicas, como as ruas, rodovias, parques, entre outros. Limitando a capacidade de supervisão e de alcance da prevenção criminal. Fora da situação de normalidade esta condição é alterada, como na condição de calamidade pública, iminente perigo ou risco, estado de sitio e de flagrante delito. Pois, a ordem pública foi quebrada e a Polícia Militar tem o dever de realizar a sua restauração e manutenção.

2.2 CRIME E VIOLÊNCIA

Crime, em termos jurídicos, é toda conduta típica, antijurídica (ou ilícita) e culpável praticada por um ser humano. Em um sentido vulgar, crime é um ato que viola uma norma moral. Num sentido formal, crime é uma violação da lei penal incriminadora. No conceito material, crime é uma ação ou omissão que se proíbe e se procura evitar, ameaçando-a com pena, porque constitui ofensa (dano ou perigo) a um bem jurídico individual ou coletivo. Como conceito analítico, o crime pode ser dividido em duas vertentes: a clássica e a finalística. A primeira observa o crime como um fato típico, antijurídico e munido de culpabilidade. Tal divisão baseia-se na premissa de que a culpabilidade é um vínculo subjetivo entre a ação e o resultado de certa conduta. Para a teoria finalística, a mais aceita pelos doutrinadores, a culpabilidade não faz parte do conceito de crime, pois esta é apenas pressuposto para a

aplicação da pena. Isto ocorre porque a culpabilidade não irá afetar a existência ou não de um crime e sim apenas influir na integração de uma pena. Para a Teologia, o crime é um pecado, que significa transgressão da lei divina, desobediência à vontade e a palavra de Deus, sendo o crime um ato voluntário humano que tem como consequência final a morte e perda da salvação da alma (LEAL, 1998).

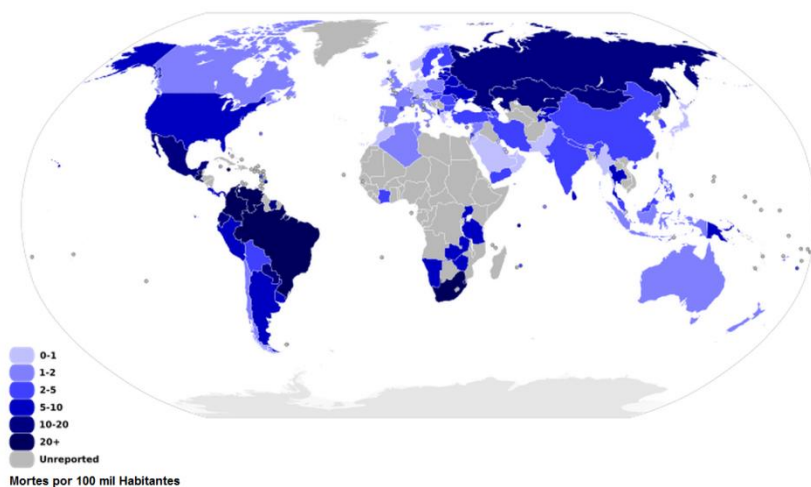
A violência é um comportamento que causa intencionalmente dano físico ou intimidação moral a outra pessoa. Tal comportamento pode invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. Violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física contra alguém ou algo” ou “intimidação moral contra alguém; ato violento, crueldade, força”, (SENASP, 2009). No aspecto jurídico, a SENASP (2009) também define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”.

O relatório mundial sobre violência e a saúde, da Organização Mundial da Saúde - OMS (KRUG, *et all.* 2002), define violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Também destaca a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Corroborando com este conceito os especialistas afirmam que violência é muito mais amplo e ambíguo do que uma mera constatação da imposição de dor, ou agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido. Para todos os efeitos a guerra, fome, tortura, assassinato, preconceito, entre outros, são várias maneiras de manifestações da violência. Na comunidade internacional de direitos humanos, a violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura).

As formas de violência, tipificadas como violação da lei penal, como assassinato, sequestros, roubos e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio, formam um conjunto que se convencionou chamar de violência urbana, porque se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades. Não é possível deixar de lado, no entanto, as diferentes formas de violência existentes no campo.

A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os crimes, mas todo o efeito que provocam sobre as pessoas e as regras de convívio na cidade. A violência urbana interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais, corrói a qualidade de vida das pessoas. Assim, os crimes estão relacionados com as contravenções e com as incivildades. Gangues urbanas, pixações, depredação do espaço público, o trânsito caótico, as praças mal cuidadas, sujeira em período eleitoral compõem o quadro da perda da qualidade de vida. O tráfico de drogas, talvez seja a ramificação mais visível do crime organizado, esse quadro é acentuado, sobretudo nas grandes e problemáticas periferias (KRUG, *et al.* 2002).

FIGURA 02 - Índice de criminalidade no mundo.



Fonte: ILANUD, 2002.

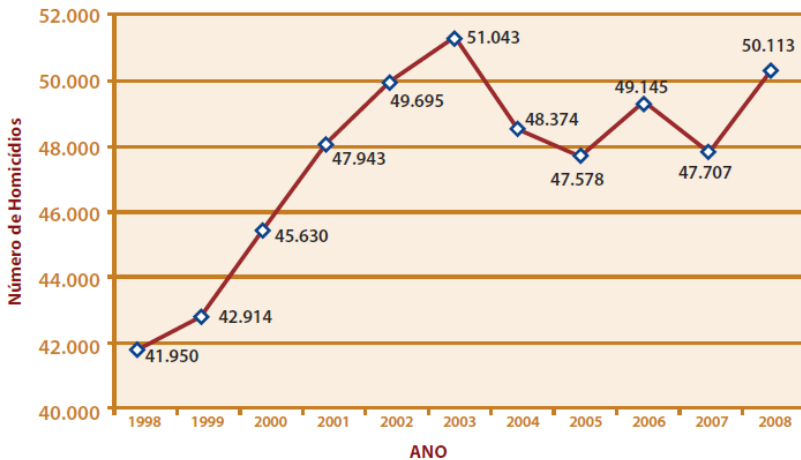
O Brasil configura entre os países mais violentos do mundo com índices acima de 20 homicídios por 100 mil habitantes (figura 02), enquanto que a ONU recomenda um nível aceitável de no máximo 08 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Atualmente está ocorrendo no Brasil uma emigração da violência, que antes estava presente nas grandes cidades, espalha-se para cidades menores, à medida que o crime organizado procura novos espaços. Além das dificuldades das instituições de segurança pública em conter o processo de interiorização da violência, a degradação urbana contribui

decisivamente para ele, já que a pobreza, a desigualdade social, o baixo acesso popular à justiça não são mais problemas exclusivos das grandes metrópoles. A violência tem estado presente em nosso dia-a-dia, no noticiário e em conversas com amigos. Todos conhecem alguém que sofreu algum tipo de violência. Há diferenças na visão das causas e de como superá-las, mas a maioria dos especialistas no assunto afirmam que a violência urbana é algo evitável, desde que políticas de segurança pública e sociais sejam colocadas em ação, agregados com o compromisso da sociedade na resolução destes problemas. É preciso atuar de maneira eficaz tanto em suas causas primárias quanto em seus efeitos. É preciso aliar políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade dos moradores das periferias, sobretudo dos jovens, à repressão ao crime organizado. Uma tarefa que não é só do poder público, mas de toda a sociedade civil (SOUZA, 2008).

A violência e a criminalidade no Brasil (gráfico 01) apresentaram índices de crescimento entre os anos de 1990 a 2003, um período de declínio entre os anos de 2003 e 2005, e de variações com um leve o crescimento em 2008. Percebe-se que seus níveis são inaceitáveis. Neste quadro alarmante a segurança pública passou a se constituir em um grande obstáculo ao exercício dos direitos de cidadania, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras (IBGE, 2010).

GRÁFICO 01 - Violência e Criminalidade no Brasil.



Fonte: IBGE, 2012.

Esta situação é percebida pela sociedade que, com medo da violência urbana, enclausuram-se cada vez mais, resultando em uma evidente diminuição da coesão social, o que implica, entre outros problemas, na diminuição do acesso dos cidadãos aos espaços públicos; na criminalização da pobreza, à medida que se estigmatizam os moradores dos aglomerados urbanos das grandes cidades como os responsáveis pela criminalidade e violência, na desconfiança generalizada entre as pessoas, provocando a corrosão dos laços de reciprocidade e solidariedade social, também gera efeito de ampliação de um mercado paralelo de segurança privada, que privilegia os abastados em detrimento da maioria dos cidadãos, dentre outros dilemas sociais. Logo, deve-se pensar em políticas públicas de segurança que sejam inclusivas e eficientes. Tendo em vista o exercício pleno da cidadania deverá atender à maioria da população que, refém da criminalidade e sem recursos para mobilizar esquemas de segurança particular, necessita da ação do Estado (SOUZA, 2008).

O centro da cidade tradicionalmente se caracteriza pela impessoalidade e pela frieza nas relações sociais estabelecidas entre aqueles que, cotidianamente, transitam por suas ruas e praças. Tal tensionamento nos contatos entre os transeuntes é devido, em grande parte, pelas complexas redes de interações criadas e mantidas pelos membros das distintas subculturas, que ocupam as ruas e praças do centro da cidade. Nesse ponto, pode-se apontar como sendo dois os elementos mais importantes no entendimento do por que do aumento do crime e as taxas de urbanização, são o fato do centro da cidade ser o amalgama de dois mundos: por um lado, o “market place” apontado por Weber (1966), por aglutinar em sua áreas centrais as principais atividades econômicas da cidade, e, concomitantemente, é o mundo dos “estrangeiros” (SIMMEL, 1980), em função da impessoalidade no trato entre aqueles que trabalham nessas áreas ou por aquelas pessoas que circulam esporadicamente por ele.

2.2.1 Custo da criminalidade e da violência

A violência impõe ônus humanos e econômicos aos países, e custa anualmente muitos bilhões de dólares em assistência à saúde, custos legais, absenteísmo e produtividade perdida. Nos Estados Unidos, um estudo realizado em 1992 estimou em 126 bilhões de dólares os custos anuais diretos e indiretos devidos a ferimentos à bala. Ferimentos por corte ou facadas custaram mais 51 bilhões de dólares (MILLER,

1997). Em um estudo realizado em 1996, na província canadense de New Brunswick, o custo total devido a morte por suicídio foi acima de 849 mil dólares. Os custos totais diretos e indiretos, inclusive os custos com serviços de assistência à saúde, autópsias, investigações policiais e produtividade perdida resultante de morte prematura, totalizaram aproximadamente 80 milhões de dólares (KRUG *et all.* 2002).

O alto custo da violência não é exclusivo do Canadá ou dos Estados Unidos. Entre 1996 e 1997 (Quadro 01), o Banco Interamericano de Desenvolvimento patrocinou estudos sobre a magnitude e o impacto econômico da violência em seis países da América Latina. Cada estudo avaliou os gastos resultantes de violência, em serviços de assistência à saúde, aplicação da lei e serviços judiciários, bem como prejuízos intangíveis e prejuízos com a transferência de bens. Expresso como um percentual do produto interno bruto (PIB), em 1997, o custo dos gastos com assistência à saúde, resultantes da violência, foi de 1,9% do PIB no Brasil, 5,0% na Colômbia, 4,3% em El Salvador, 1,3% no México, 1,5% no Peru e 0,3% na Venezuela. Ainda segundo a OMS afirma que em 2004 os custos com a violência pularam para níveis altíssimos (Quadro 02), nos Estado Unidos 3,3% do PIB, Europa 5% do PIB, Brasil 10,5% do PIB, África 14% do PIB, (BUVINIC, 1999 e KRUG *et all.* 2002).

QUADRO 01 - Dimensões econômicas da violência interpessoal.

CUSTOS COM A VIOLÊNCIA - 1997	
Estado Unidos	3,5 % do PIB
Europa	4,0 % do PIB
Brasil	1,9 % do PIB
Colômbia	5,0 % do PIB
El Salvador	4,3 % do PIB
México	1,3 % do PIB
Peru	1,5 % do PIB
Venezuela	0,3 % do PIB
África	1,4 % do PIB

Fonte: ILANUD, 2002.

O Brasil contabiliza cerca de 30 homicídios para cada 100 mil habitantes, ante a média mundial de 5 homicídios para cada 100 mil habitantes. O resultado anual de homicídios pode ser comparado ao número de vítimas de uma guerra civil. Em 2001, foram notificados 1 milhão de crimes contra o patrimônio na cidade de São Paulo, sem

considerar aqueles que não tiveram o registro da ocorrência nas Polícias Civil e Militar, e que são a maioria, de acordo com pesquisa do Gabinete de Segurança Institucional / GSI, da Presidência da República, em parceria com a Universidade São Paulo / USP e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente – ILANUD (KRUG, 2002 e ILANUD, 2002).

QUADRO 02 - Dimensões econômicas da violência interpessoal.

CUSTOS COM A VIOLÊNCIA - 2004	
Estado Unidos	3,3 % do PIB
Europa	5,0 % do PIB
Brasil	10,5 % do PIB
Colômbia	11,0 % do PIB
El Salvador	12,5 % do PIB
México	11,3 % do PIB
Peru	14,5 % do PIB
Venezuela	13,2 % do PIB
África	14,0 % do PIB

Fonte: ILANUD, 2002.

A segurança deve ser considerada um direito de cidadania, pois significa liberdade (respeito ao indivíduo) e ordem (respeito às leis e ao patrimônio), que são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Estudos da Fundação Getulio Vargas / FGV e do Banco Interamericano de Desenvolvimento / BID estimam que os custos da violência atingem 10,5% do PIB, algo em torno de R\$ 130 bilhões. São recursos que deixam de gerar empregos na cadeia produtiva, de investimentos e consumo, favorecendo a expansão apenas dos serviços especializados de segurança (BRASIL-BID, 1999).

No Estado de São Paulo, segundo estudo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente (ILANUD, 2002) no ano de 2002 foram gastos R\$ 4.196.761.160,00 (Tabela 01).

Calcula-se que o número de vigilantes hoje no Brasil é 3,5 vezes o contingente das forças armadas nacionais, com o agravante de que esses primeiros possuem uma qualificação discutível, agravado pelo porte armas de fogo. A violência urbana afeta, de forma incisiva, as decisões de investimento no País. Nenhuma empresa quer pôr em risco a vida de seus profissionais e a segurança de seu patrimônio. Isto é, a

violência é fator competitivo no mercado internacional e, contrariando as nossas necessidades, exporta empregos. Nesse contexto, o setor turístico brasileiro, de enorme potencial e diferencial, acaba sendo o maior prejudicado (ILANUD, 2002).

TABELA 01 - Gastos feitos pelo cidadão indiretamente através de impostos que são alocados no combate ao crime - Estado de São Paulo.

Gastos feitos pelo cidadão indiretamente através de impostos e que são alocados no combate ao crime		
Estado de São Paulo - 2002		
Destinação dos Gastos	Valor em R\$	%
Secretaria da Segurança Pública	3.585.094.695	85,40
Secretaria da Administração Penitenciária	471.007.971	11,10
Tribunal de Alçada Criminal	72.874.153	1,70
Internação de Crianças e Adol. Infratores	38.390.760	0,90
Tribunal de Justiça Militar	14.617.586	0,30
Ministério Público (salários na capital)	5.529.600	0,10
Procuradoria Geral do Estado (salários na capital)	3.060.000	0,05
Guarda Civil Metropolitana (salários na capital)	2.700.000	0,06
Pensões pagas para famílias de policiais mortos	2.175.800	0,05
Emergências Hospitalares (Homicídios e violências)	1.310.595	0,03
TOTAL	4.196.761.160	100

Fonte: ILANUD, 2002.

O tipo de violência urbana que se presencia no Brasil é fundamentado no crime organizado, que é a pior de todas, pois cria um poder paralelo. Para o Estado, a violência urbana também representa dispêndios significativos. São retirados recursos da saúde, da educação e do saneamento básico para financiar a infraestrutura penitenciária, os serviços de apoio às vítimas etc. O Estado também perde com o abalo na confiança da população em suas instituições. O cidadão é muito penalizado com a violência urbana, pela perda de sua liberdade, com os riscos presentes no cotidiano, com a menor oferta de empregos e com a deterioração dos serviços públicos. Para as famílias, a perda do pai ou da mãe, na faixa etária entre 25 e 40 anos, deixa uma legião de órfãos que

terá de mendigar ou aderir ao crime organizado para obter seu sustento. A violência é um ciclo que começa e termina nele mesmo, sem benefício para ninguém, a não ser para os líderes do crime organizado, na exploração daqueles que, direta ou indiretamente, foram ou serão suas vítimas (ILANUD, 2002).

2.2.2 Crime e violência em Santa Catarina

No Direito Penal Brasileiro, o homicídio, está inserido no capítulo relativo aos crimes contra a vida do Código Penal, sendo o primeiro delito por ele tipificado. Inegavelmente, o homicídio doloso é a mais chocante violação do senso moral da humanidade civilizada, segundo o ensinamento de Hungria (1982). Conforme lembra o mesmo, mencionando a definição de Carmignani, caracteriza-se pela *violenta hominis caedes ab hominis injuste patrata*, ocisão violenta de um homem injustamente praticada por outro homem (vale lembrar que alguns homicídios são "justos" do ponto de vista legal, por exemplo, se decorrente de defesa pessoal). A Constituição da República Federativa do Brasil - CF/88 (BRASIL, 2004), insere o Direito a proteção do direito à vida como um dos fundamentos do Estado de Direito. Dessa forma o poder público tem como dever primordial proteger o direito a vida.

2.2.2.1 Crime de homicídio

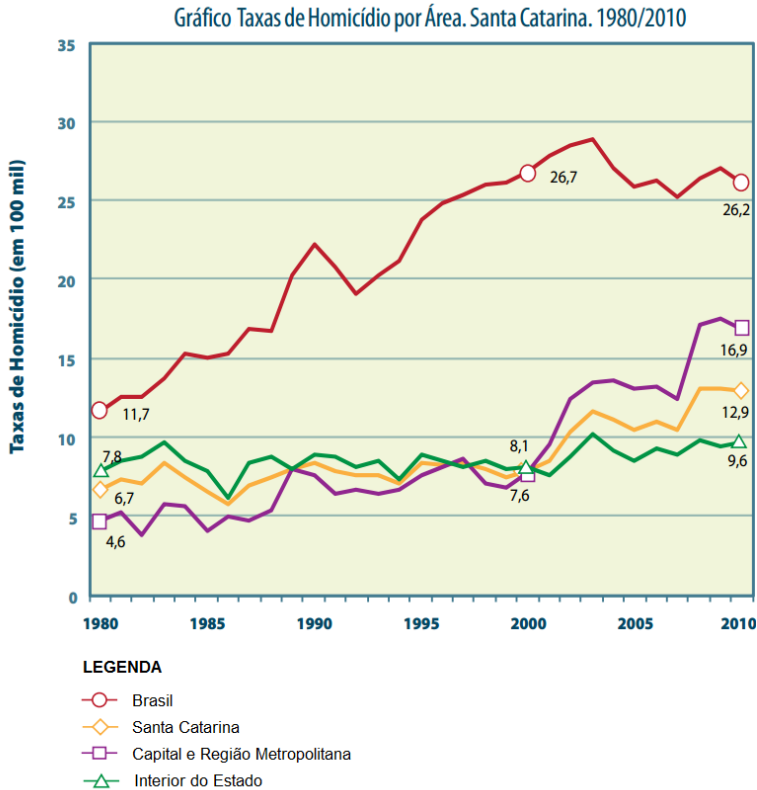
Conforme Waiselfisz (2012), em diversos períodos de sua história recente, como nos anos 2004 a 2007, Santa Catarina mostrou as menores taxas de homicídio do país e, paralelamente, elevados índices de desenvolvimento humano. Oscilando nas décadas finais do século passado entre 6 e 8 homicídios em 100 mil habitantes, o crescimento para 12,9 homicídios em 100 mil perto do ano 2010 não tirou o Estado dessa situação, pelo contrário, o reafirmou mais ainda. É que os índices dos outros Estados do país cresceram ainda mais, nesse processo que chamou-se, nos capítulos iniciais, de efeito disseminação.

Pelos dados do Estado pode-se distinguir duas grandes etapas:

Primeiro período: 1980/2000. Duas décadas completas de extrema regularidade e equilíbrio, onde as taxas das regiões metropolitanas (RM) do Estado e as do interior ficam praticamente estagnadas, numa fase onde as taxas nacionais crescem de forma relativamente acelerada: 4,2% ao ano. Disto resulta um progressivo

distanciamento do Estado dos níveis de violência do país, de forma que no ano 2000 a taxa catarinense representa 1/3 da nacional. O débil crescimento das RM faz que ambas as taxas, RM e Interior, fiquem praticamente equivalentes no final do período, em um patamar próximo de 8 homicídios em 100 mil habitantes (Gráfico 02).

GRÁFICO 02 - Taxa de homicídio por área em SC.

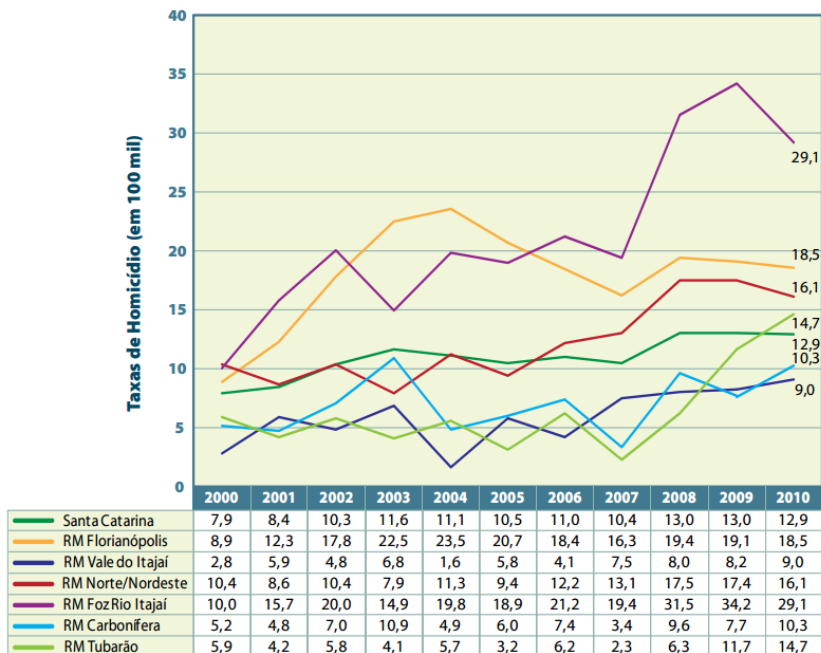


Fonte: SANTA CATARINA - SSP, 2012.

Segundo período: 2000/2010. As taxas do Estado iniciam um processo de crescimento acelerado de 5% ao ano, fortemente impulsionado pela elevação dos homicídios nas Regiões Metropolitanas, onde o ritmo é de 8,3% ao ano. Já o crescimento do interior fica relativamente modesto na taxa de 1,7% ao ano (WAISELFSZ, 2012).

Corroborando com a afirmativa o IBGE (2012) afirma que o Estado de Santa Catarina possuía em 1995 a taxa de 10,4 homicídios por cem mil habitantes, entretanto atualmente nos últimos 17 anos esta taxa vem aumentando, sendo que atualmente é de 13,4 homicídios para cem mil habitantes (Gráfico 03).

GRÁFICO 03 - Taxa de homicídios por regiões Metropolitanas em SC.



Fonte: SANTA CATARINA - SSP, 2012.

2.2.2.2 Crime de roubo

O Título II da parte especial do Código Penal Brasileiro faz referências aos Crimes Contra o Patrimônio. Considera-se patrimônio de uma pessoa, os bens, o poderio econômico, a universalidade de direitos que tenham expressão econômica para a pessoa. Considera-se em geral, o patrimônio como universalidade de direitos. Além desse conceito jurídico, que é próprio do direito privado, há uma noção econômica de patrimônio e, segundo a qual, ele consiste num complexo de bens,

através dos quais o homem satisfaz suas necessidades (FRAGOSO, 2003).

Cabe lembrar, que o direito penal em relação ao direito civil, e o direito econômico, é autônomo e constitutivo, e por isso mesmo quando tutelam bens e interesses jurídicos já tutelados por outros ramos do direito, ele o faz com autonomia e de um modo peculiar. A tutela jurídica do patrimônio no âmbito do Código Penal Brasileiro é sem dúvida extensamente realizada, mas não se pode perder jamais em conta, a necessidade de que no conceito de patrimônio esteja envolvida uma noção econômica, um noção de valor material econômico do bem (FRAGOSO, 2003).

Através dos índices de roubo pode-se avaliar taxa de redução do patrimônio em Santa Catarina, quando o agente tem acesso a habitação em sua grande maioria o morador se encontra em seu interior.

Para isso deve-se analisar o conceito de Roubo:

“É o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Com pena prevista de reclusão, de quatro a dez anos e multa.
(art. 157, *caput*, BRASIL, Código Penal).

Percebe-se que além do ato de subtração da coisa alheia, existe a presença da violência.

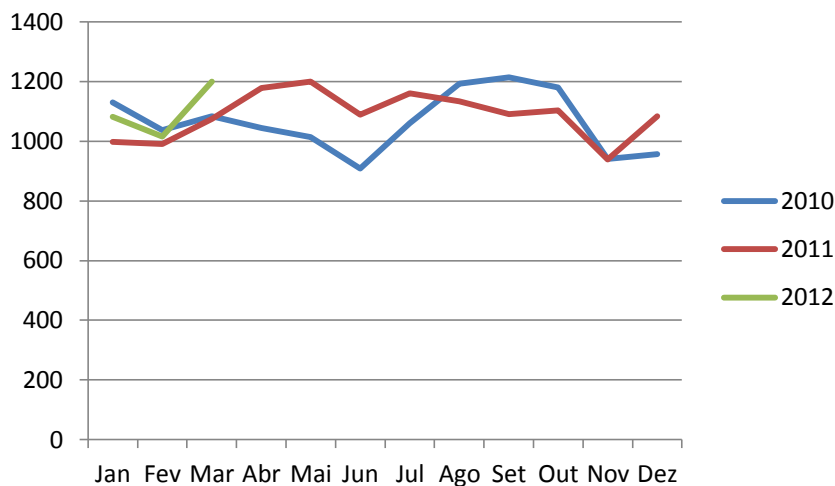
O crime de roubo se encontra inserido no rol dos crimes contra o patrimônio. Esse crime possui as mesmas características do furto, porém, possui fatores que, agregados ao elemento do tipo subtrair, geram um novo tipo penal. Há no roubo a subtração de coisa alheia móvel, para si ou para outrem, porém com a existência de grave ameaça ou com o emprego de violência contra a pessoa, os fatores que empregados fazem com que haja a entrega da coisa, são as circunstâncias especiais que relevam sua diferença para o furto. Assim ensina Fragoso (2003), a distinção conceitual entre furto e roubo é que no primeiro a subtração é clandestina; no segundo, o arrebatamento é público e violento.

A tutela jurídica oferecida pelo tipo penal do roubo é a de acobertar o patrimônio contra terceiros. A essência do crime de roubo é a de ser um crime contra o patrimônio. Porém, convém lembrar que este é um crime complexo, conforme elucida Mirabete (2001), tratando-se de

crime complexo, objeto jurídico imediato do roubo é o patrimônio. Tutelam-se, também, a integridade corporal, a liberdade e, no latrocínio, a vida do sujeito passivo. A proteção normativa se desdobra em dois planos distintos, porém, de existência vital, pois são feridos dois bens jurídicos distintos. No primeiro ele visa a proteção do patrimônio contra eventual subtração por via da iminência da aplicação da sanção penal que, no tipo em estudo, se revela de alto teor. Em um segundo momento, pode-se verificar que há a tutela à manutenção do estado do corpo-humano, zelando ora pela sua integridade física ora pela totalidade da existência da vida humana, evitando que este seja afrontado para obtenção de um bem material de gradação inferior a vida humana, que se encontra no ápice dos bens nos quais o direito tutela, conforme corolário constitucional.

Conforme o gráfico 04, abaixo, percebe-se que apesar de uma baixa variação entre 1.000 a 1.200 casos por mês, ainda assim estes índices são altíssimos. Esta condição impõe na sociedade um clima de medo e insegurança.

GRÁFICO 04 - Roubos em SC



Fonte: SANTA CATARINA - SSP, 2012.

2.2.2.3 Crime de furto

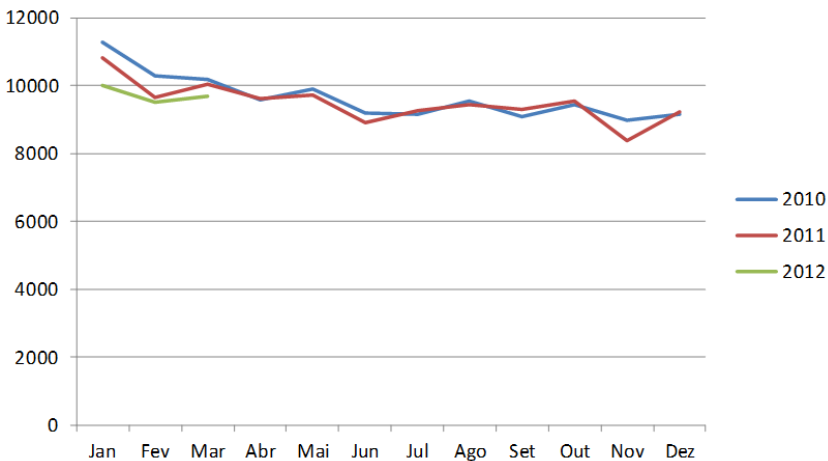
O furto também considerado um crime contra o patrimônio, é uma figura de crime previsto nos artigos 155 do Código Penal

Brasileiro, e 203º do Código Penal Português, que consiste na subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem, com fim de assenhoramento definitivo. No furto não há violência ou grave ameaça (MIRABETE, 2001).

O direito de propriedade é o mais importante e mais completo dos direitos reais, constituindo o título básico do Livro II do Código Civil. Confere ao seu titular os poderes de usar, gozar e dispor da coisa, assim como de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha (CC, art. 1.228, BRASIL, Código Civil). Quando todas essas prerrogativas acham-se reunidas em uma só pessoa, diz-se que é ela titular da propriedade plena.

Destaca-se ainda que diferentemente da posse a propriedade é oponível contra todos. Já a detenção é uma espécie de posse que não possui proteção jurídica. Nesse sentido afirma Arnaldo Wald (1995) a detenção que é juridicamente irrelevante, limitando-se a constituir simples fato material, sem repercussão no mundo do direito, ainda discorrendo sobre o tema Silvio de Salvo Venosa (2004) afirma que sempre que alguém tiver uma coisa sob seu poder, deve ter direito à proteção.

GRÁFICO 05 - Furtos em SC.



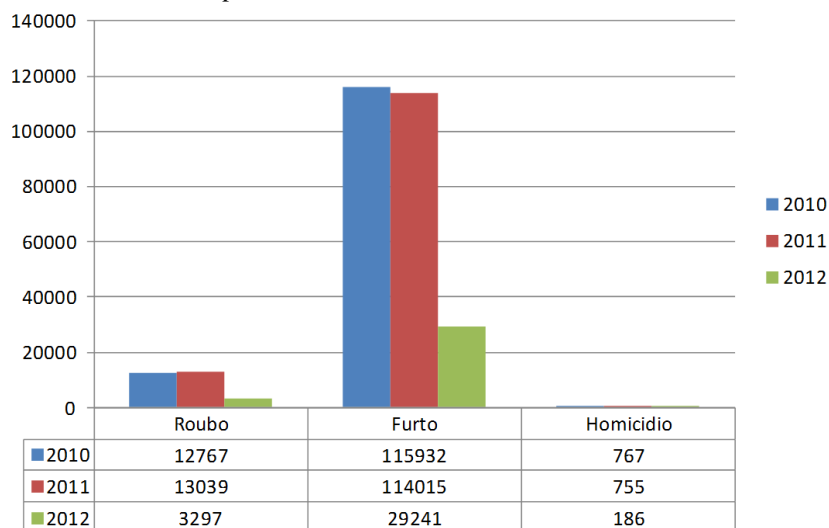
Fonte: SANTA CATARINA - SSP, 2012.

No gráfico apresentado (Gráfico 05), em geral, o criminoso se oportunizou da ausência do morador, condição na qual havia a invigilância do patrimônio associada à vulnerabilidade para o

cometimento do crime. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina - SSP/SC (SANTA CATARINA, 2012), o primeiro semestre, ente os anos de 2010 a 2012, apresentou níveis mais elevados de furtos se comparado com o segundo semestre, entretanto na transição de uma para o outro ocorre um pico acentuado devido às datas festivas. São índices altos, promovendo a insegurança e o medo.

Os crimes de homicídio, roubos e furtos são os mais cometidos atualmente e atuam contra os dois principais elementos do cidadão, a sua vida e o seu patrimônio. Em análise ao gráfico 06, percebe se o volume de crimes que envolvem o roubo e o furto, sendo estes os responsáveis pelos elevados índices criminais.

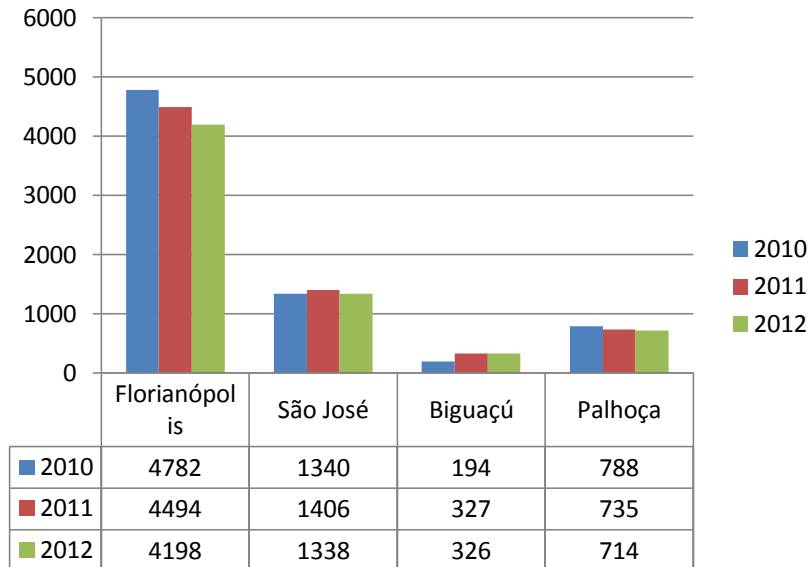
GRÁFICO 06 - Comparativo ente roubos, furtos e homicídios em SC.



Fonte: SANTA CATARINA - SSP, 2012.

Esta diferença entre os crimes de homicídio, furto e roubo se deve a alguns fatores, como pelo fato do agente criminoso não querer correr o risco de ser encontrado com arma de fogo, o de encontrar um morador e entrar em combate corporal, o de ser visto e identificado ou reconhecido, então a maioria opta pelo ato criminoso que lhe tragam mais garantias, e por isso cometem o furto ou roubo. Isso explica os índices mais elevados na cidade de Florianópolis (gráfico 07), pois há uma área comercial mais ativa e com mais oportunidades de atuação do que nos outros municípios da região.

GRÁFICO 07 - Comparativo furto do 1º trimestre de 2010 a 2012.

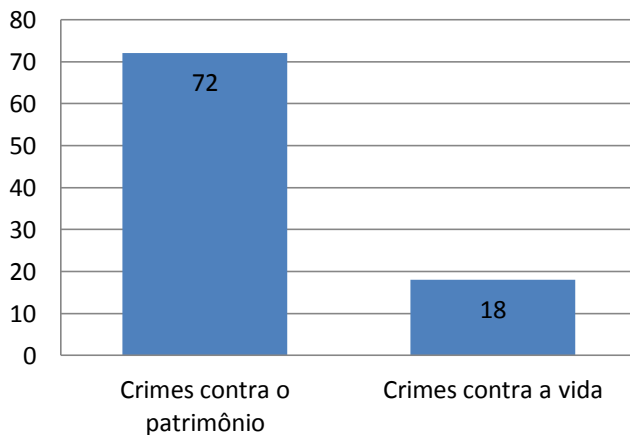


Fonte: SANTA CATARINA - SSP, 2012.

Esta análise é confirmada se for comparada com as estatísticas nacionais. No último levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional / DEPEN, em junho de 2011, constatou-se a existência de 513.802 presos em todo o país, um total de 269,38 presos a cada 100 mil habitantes. Desse total, 69%, ou seja, 326.347 presos respondem por crimes previstos no Código Penal Brasileiro, enquanto apenas 31% ou 147.647 presos teriam cometido delitos que se enquadram em legislação específica. Dos crimes previstos no Código Penal verifica-se que 72% dos crimes cometidos pelos homens (227.854 delitos) se tratam de crimes contra o patrimônio, assim como 69% dos perpetrados pelas mulheres (6.072 delitos). Média: 70,5%, (Gráfico 08). Ou seja, os crimes contra o patrimônio, tais como roubo, furto e estelionato, constituem a maioria dos crimes cometidos pelos presidiários de ambos os sexos. Em seguida, vêm os crimes contra a pessoa, que representam 18% dos crimes cometidos pelos homens (56.294 delitos) e 20% dos perpetrados pelas mulheres (1.720 delitos), (Gráfico 09). Note-se que há uma diferença percentual significativa dos tipos de crimes mais cometidos, dos primeiros (72% e 69%) para os segundos (18% e 20%). Assim, a maior parte das prisões

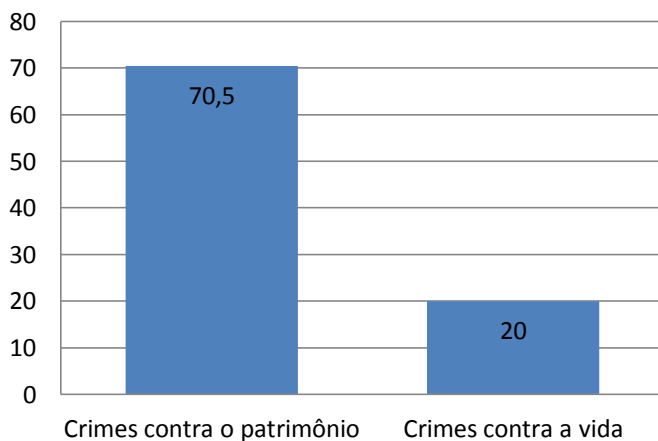
no Brasil se relaciona ao cometimento de crimes que atingem os bens materiais, a situação financeira da vítima; seja com ou sem o emprego de violência ou grave ameaça. Gráficos 08 e 09 (GOMES, 2012).

GRÁFICO 08 - Estatística nacional do DEPEN - Homem.



Fonte: GOMES, 2012.

GRÁFICO 09 - Estatística nacional do DEPEN - Mulher.



Fonte: GOMES, 2012.

Gomes (2012) conclui afirmando que esse fator deve ser considerado para a estruturação de políticas públicas de segurança,

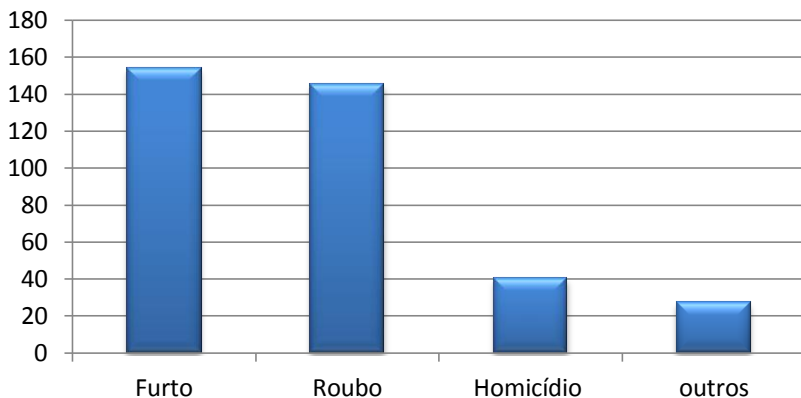
ações para a redução da criminalidade, e, principalmente, quando da criação/execução de políticas que envolvam o direcionamento de verbas para os segmentos sociais e econômicos da população. Um dado importante que não pode ser esquecido é o fato de que estes crimes patrimoniais que geram encarceramento são na sua grande maioria cometidos pelas classes baixas. Em último caso é que se encontra alguém na prisão por crimes econômicos, financeiros ou tributários etc.

Para uma análise mais aprofundada sobre o tema, buscou-se encontrar informações sobre a forma de atuação, conduta, preferências, métodos de procedimentos e técnicas para a realização de crimes contra as residências unifamiliar isoladas.

Um estudo realizado pelo SisCOP da PMPR, (2007), no qual psicólogos do DEPEN entrevistaram uma amostra carcerária com cerca de 900 detentos internos, onde puderam optar em responder ou não aos quesitos.

No quesito sobre qual o delito praticado com mais frequência, 287 detentos internos responderam o seguinte:

GRÁFICO 10 - Delitos praticados com maior frequência.



FONTE: PMPR - SisCOP, 2007.

Em análise ao Gráfico 10 pode-se confirmar o grande volume de ocorrências referente a crimes contra o patrimônio.

2.2.3 Mapeamento da criminalidade

A segurança urbana envolve o conjunto das condições físicas, psicológicas e sociais de um determinado local. Por isso é necessário conhecer o padrão espacial da criminalidade. Para Harries (1999), as aplicações do mapeamento do crime estão se sofisticando e se integrando cada vez mais. O marco da primeira década da era moderna do mapeamento do crime foi a utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG). A próxima década provavelmente testemunhará à integração de tecnologias, como o sistema de posicionamento global (GPS), a ortofotografia, a fotografia digital e uma ampla gama de bancos de dados locais relevantes para o policiamento, o perfil geográfico, que já obteve amplo reconhecimento e é um método que combina de maneira criativa diversas ferramentas de análise espacial; métodos estatísticos e antecipatórios; fotografia aérea digital.

Denota-se ainda, que a profunda revolução que provocaram as novas tecnologias afetou decisivamente a evolução da análise espacial, não obstante, não se pode admitir que os órgãos de Segurança Pública ainda não tenham lançado mão de forma efetiva dessas importantes ferramentas, como suporte na tomada de decisões para o controle e planejamento de suas ações.

2.3 A URBANIZAÇÃO E A CRIMINALIDADE

O sentido mais usual da urbanização é o de crescimento urbano, ou seja, refere-se à expansão física da cidade, mediante o aumento do número de ruas, praças, moradias, etc. Nesse caso, ela não tem limite, a ponto de unirem-se umas às outras, num fenômeno conhecido por conurbação. O ponto de inflexão urbana global foi alcançado em 2007, quando pela primeira vez na história mais de metade da população mundial, 3300 milhões de pessoas viviam em áreas urbanas. Estima-se que mais 500 milhões de pessoas, serão urbanizadas nos próximos cinco anos e as projeções indicam que 60% da população do mundo será urbanizada em 2030 (FIG, 2010).

Para Rolnik e Saule (1997), essa corrida para as cidades, causada em parte pela atração de oportunidades de geração de riqueza e desenvolvimento econômico, nos últimos 20 anos, criou o fenômeno da "megacidades": áreas urbanas com uma população de 10 milhões ou mais. Existem atualmente 19 megacidades no mundo e se espera que sejam 27 até 2020. Mais da metade desse crescimento será na Ásia, onde

a geografia econômica do mundo está mudando. Esse deslocamento de massa humana elevam para uma nova escala os sistemas de infraestruturas destes grandes centros, um dos sistemas que é afetado é a segurança pública.

A recente e rápida industrialização gerou acentuado desequilíbrio das condições e da expectativa de vida entre a cidade e o campo, resultando num rapidíssimo processo de urbanização, porém com consequências muito drásticas (subemprego, mendicância, favelas, criminalidade etc.). Isso porque o desenvolvimento dos setores secundário e terciário não acompanhou o ritmo da urbanização, além da total carência de uma firme política de planejamento urbano. Alguns desses países apresentam taxas de urbanização iguais e até superiores às de países desenvolvidos, embora, com raras exceções, a urbanização dos países subdesenvolvidos se apresente em condições extremamente precárias (favelas, cortiços, etc.). Este crescimento incrivelmente rápido das megacidades provoca graves problemas ecológicos, econômicos e sociais. É cada vez mais difícil de gerenciar este crescimento de forma sustentável. Reconhece-se que mais de 70% do crescimento, atualmente, tem lugar fora do processo de planejamento formal e que 30% das populações urbanas em países em desenvolvimento estão vivendo em favelas ou assentamentos informais, ou seja, onde a terra de propriedade estatal ou privada vaga é ocupado ilegalmente e está sendo utilizado para o alojamento de favelas (ROLNIK e SAULE, 1997).

Os estudos mais recentes do Instituto Sangari, responsável pela confecção anual dos “Mapas da Violência” em todo o território brasileiro, há 12 anos, afirma que a violência e a criminalidade se concentra nas áreas urbanas, o que se explica pelo fato de que as grandes questões da sociedade se localizam, principalmente, nas grandes cidades (WAISELFISZ, 2012). Segundo Dubet (1995), o espaço urbano aparece como sintoma, símbolo, representação “da civilização e da barbárie modernas”. Isso explica os níveis de desagregação das informações utilizados no presente estudo: Unidades Federadas e Capitais dessas Unidades. Mas certos fenômenos que começaram a ser detectados nos últimos mapas da violência, a partir de 2004, que falam de processos de interiorização e de disseminação da violência, nos levam à necessidade de reconceitualizar o tema. Foi possível observar que, a partir de finais da década de 90 as grandes metrópoles do país deixaram de ser os motores impulsores da violência. Esse dinamismo trasladou-se para cidades do interior, capitais fora do eixo grandes metrópoles, cidades de

porte médio para baixo onde a violência achou seu caldo de cultura favorável (WASELFSZ, 2012).

A proximidade entre criminologia e urbanismo vem de longe. Basta ter em conta, com auxílio do clássico “O Urbanismo” de Françoise Choay (1965), que se propõem como alternativa à desordem e ao caos urbano, cuja manifestação mais aparente é a irrupção da violência. Considera-se que tanto nas alturas do século XIX como hoje, excetuando desvios patológicos, a violência urbana expressa em grande parte os conflitos sociais latentes, compreende-se que o urbanismo traga para si a tarefa de combater a violência enveredando num esforço de propor requalificações do espaço urbano para banir a manifestação mais radical do caos, a violência, e que contenha a intenção apaziguadora em seus objetivos. Com isso o urbanismo promove uma forma de despolitização da violência, pois associa a fatores de configuração urbana ambiental auxiliando nas soluções para resolver conflitos sociais, deixando então de ser apenas as políticas pública de segurança os autores responsáveis pela redução da possibilidade do crime e da violência (RIBEIRO, 2009).

Segundo Newman (1996) O medo do crime é maior e mais abrangente do que a criminalidade em si, tendo grande impacto no modo como as pessoas decidem usar ou evitar os espaços urbanos. Nas últimas décadas arquitetos e urbanistas conviveram com a noção de criar espaços seguros, espaços defendidos, onde a implementação de espaços com certas características automaticamente promoveriam espaço seguros para os usuários, sem considerar o contexto.

Como também afirma Jacobs (2000) que as calçadas e aqueles que a utilizam não são beneficiários passivos da segurança ou vítimas indefesas do perigo. As calçadas, os usos que as limitam e seus usuários são protagonistas ativos do drama urbano da civilização em confronto com a violência e brutalidade. Manter a segurança urbana é uma função fundamental nas ruas das cidades e das calçadas.

A região metropolitana de Florianópolis cresceu 23,05% nos últimos 10 anos, passando de 342.315 Hab. para 421.203 Hab. (IBGE, 2012), deste município destaca-se uma das comunidades carentes com o maior índice de violência na Capital, a comunidade Chico Mendes, (Figura 08), para exemplificar os resultados do gerenciamento urbano e a sua influência nos índices estatísticos da Segurança Pública.

FIGURA 03 - Fotos comparativas da comunidade Chico Mendes

FOTOS COMPARATIVAS - CHICO MENDES - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - BRASIL

Fonte: FLORIANOPOLIS, 2010.

A área da comunidade Chico Mendes (Figura 03, 04 e 05), passou por um processo de reurbanização através do Programa “Habitar Brasil” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), executado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, no período compreendido entre 2000 e o 1º semestre de 2007 (BRASIL, 2009). Esta comunidade possuía um histórico processo brasileiro de degradação urbana e social fundado na fragilidade/ ineficácia/ inexistência de políticas públicas de cunho redistributivo, tanto sócio-econômico, quanto fundiário. Tendo como resultado o crescimento de aglomerados humanos em condições subumanas, desafiando toda e qualquer política urbana, habitacional e social, expondo populações inteiras ao sofrimento da fome, do desemprego, do analfabetismo, da doença e da pobreza política.

FIGURA 04 - Comunidade Chico Mendes. Antes do projeto.



Fonte: FLORIANÓPOLIS, 2010.

FIGURA 05 - Comunidade Chico Mendes, Antes do projeto.



Fonte: FLORIANÓPOLIS, 2010.

A área denominada Chico Mendes, distinguida no Brasil, entre várias cidades para “protagonizar” experiência piloto do Programa Habitar Brasil BID (HBB), (FLORIANÓPOLIS, 2010). O Programa HBB foi criado por meio do empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de R\$ 250.000.000,00, assinado em

13.09.1999, sendo que 60% dos recursos provêm do referido Banco e 40% da União, promoveu a integração, a urbanização e a construção de habitações populares, com características de remanejamento da população na mesma área de intervenção (Figura 06 e 07). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), sendo um dos principais programas habitacionais de iniciativa do governo federal criado na segunda metade da década de 1990 (SANTANA, 2006).

FIGURA 06 - Comunidade Chico Mendes. Fase inicial.



Fonte: FLORIANÓPOLIS, 2010.

As principais ações realizadas foram:

- Sistema viário;
- Tipologia das habitações;
- Processo de indenização e desapropriações;
- Critérios de financiamento e de avaliação das habitações;
- Equipamentos sociais e áreas verdes;
- Recadastramento das famílias de 2000;
- Abrigos provisórios;
- Planejamento dos procedimentos de remanejamento das famílias da primeira etapa do projeto, Setor E, Novo Horizonte;
- Avaliação dos abrigos provisórios com relação ao tamanho das famílias e condições de habitabilidade: famílias numerosas e tempo de permanência;

- Situação do abrigo provisório, setor E, Novo Horizonte e antecipação da construção do centro de atividades, Novo Horizonte;
- Constituição de comissão de acompanhamento das obras do abrigo provisório;
- Planejamento de formação de comissão de acompanhamento de obras por setor;
- Questões sobre o acompanhamento social às famílias;
- Situação da infraestrutura: viabilização da iluminação da quadra de esporte do complexo Chico Mendes;
- Utilização dos centros de atividades econômicas e possíveis alterações no projeto.

FIGURA 07 - Comunidade Chico Mendes. Fase final do projeto.



Fonte: FLORIANÓPOLIS, 2010.

Além do reordenamento urbano, produto e objetivo do projeto do BID, ocorreu também um declínio acentuado nos índices de criminalidade. Algo inesperado no projeto inicial, mas este fenômeno foi detectado pelos órgãos de segurança pública, responsáveis pela comunidade (Quadro 03).

QUADRO 03 - Comparativo de ocorrências policiais.

Comparativo de Ocorrências Policiais no mesmo Período		
OUTUBRO DE 2001	OUTUBRO DE 2009	COMPARATIVO
38 Policiais Militares; 04 Viaturas; Escala: 12X24 / 12X48	34 Policiais Militares; 04 Viaturas, 01 Moto; Escala: 12X24 / 12X48	- 4 Policiais Militares; + 01 Moto; = Escala
02 Operações Policiais;	02 Operações Policiais;	= Operações Policiais;
1.058 Habitantes;	1.236 Habitantes;	+ 178 Hab.
182 Ocorrências Policiais; 35 Armas de Fogo; 05 Homicídios	41 Ocorrências Policiais; 07 Armas de Fogo; 01 Homicídios	- 77,5% - 80% - 80%
Resultado: Grande redução nos índices de criminalidade e violência.		

FONTE: PMSC, 2009.

Em análise ao quadro comparativo (Quadro 03) nota-se que ocorreu uma redução de 77% das ocorrências policiais, redução de 80% na apreensão de armas de fogo e redução de 80% de homicídios nesta comunidade. Logo, percebeu-se que o projeto urbanístico e as alterações do ambiente construído influenciaram significativamente para o declínio dos índices de criminalidade.

Segundo Saraiva (2005), a segurança é um aspecto fundamental que inseparavelmente está relacionada com a sustentabilidade dos espaços públicos e privada, que deverá ser priorizada desde a fase do planejamento. O autor afirma ainda que com relação aos espaços a segurança apresenta três vertentes:

- a) Prevenir que usuários dos espaços sofram acidentes;
- b) Prevenir assaltos, arrombamentos, e demais crimes;
- c) Prevenir atos de vandalismo.

O planejamento público deve estar pautado em um processo de equilíbrio entre os objetos econômicos, ambientais e sociais. Administrar requer bom senso, competência, flexibilidade, agilidade e informação de qualidade. Isto representa a importância e a justificativa do cadastro técnico multifinalitário para a estruturação de uma proposta de planejamento municipal consistente.

A propriedade deve priorizar a cidade como um mecanismo de sustentação para contatos profundos e locais de encontros. A cidade é o local ideal para as pessoas se encontrarem e terem contatos, estes contatos são de natureza variada, porém devendo ser efetivos. Nos Estados Unidos existe uma emigração de moradores dos grandes centros para os subúrbios, fugindo do isolamento e buscando a estabilidade

social, vizinhos, relacionamentos íntimos e sociais. Sendo que nestes subúrbios podem restabelecer as amizades de vizinhança que, por sua vez, levam a forte satisfação comunitária, e isto independe da densidade populacional, está diretamente ligada à infraestrutura e o relacionamento comunitário (ALEXANDER, 1966).

Dwany, (1993) propõe a ideia do sentimento de lugar, ou sentido de lugar, ou seja, como as pessoas se identificam com o espaço, sentindo-se seguros com o lugar em que moram, tornando-se membros e pertencentes ao lugar onde se encontram.

Comunidades seguras são comunidades estáveis. Se o sentido total dado pela política do planejamento urbano for combinado com os objetivos de reduzir a probabilidade de vitimização, acrescentando características que contribuam para as atividades de segurança pública, significará um avanço social para estas comunidades, classificando-as como comunidades socialmente sustentáveis. Os ajustes urbanísticos geram mais qualidades de vida e desenvolvimento social. Os espaços externos devem ser projetados e devidamente integrados com os edifícios, contribuindo para a criação do sentimento de lugar e fortalecer a identidade da comunidade. As responsabilidades e os recursos, em longo prazo, da gerência devem claramente ser identificados no estágio de planejamento à satisfação da sociedade.

Destaca-se a Prefeitura Municipal de São José que deflagrou a “Operação São José iluminada e mais segura” (SÃO JOSÉ, 2011). Este projeto visa à instalação de luminárias, e refletores, mais potentes em meio poste, para iluminar não só as ruas, mas também as calçadas, resultando em maior segurança e conforto para os motoristas e pedestres, (Figura 08 e 09). Segundo a Secretária de Projetos Especiais (JDB, 2011), conforme pesquisa realizada, o projeto já resultou em 40% na redução de pequenos delitos e no consumo de drogas.

FIGURA 08 - Foto da praça histórica de São José. Por Laureci Cordeiro



Fonte: SÃO JOSÉ - PRFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, 2011.

FIGURA 09 - Foto da rua Koesa - Kobrasol. Por Laureci Cordeiro



Fonte: SÃO JOSÉ - PRFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, 2011.

2.3.1 O Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) e a Segurança Pública

O Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Urbana apresentam instrumentos de fundamental importância para o apoio às ações do governo na medida em que consolida e integra uma série de informações de diversas naturezas sobre o território, podendo ser físicas, sociais, econômicas, jurídicas e ambientais. Assume, portanto, um papel

essencial para a complexidade que envolve o ordenamento urbano e a gestão territorial.

Segundo FIG (1999) o Cadastro Técnico Multifinalitário é um sistema de informação baseado na parcela, que contém um registro de obrigações e direitos sobre a terra. Normalmente, inclui sua descrição geométrica, unidas a outros arquivos que descrevem a natureza dos interesses de propriedade ou domínio e, geralmente, o valor e as construções que existem sobre a parcela.

Perante isso, destaca-se que foi confeccionado um SIG da quadra utilizada no pré-teste, apresentando a espacialização das informações obtidas. Este SIG traz a localização das casas vistoriadas, os dados dos moradores como também o índice de vulnerabilidade de cada casa. Este SIG está mais detalhado no Capítulo 3.

O Cadastro Técnico Multifinalitário é um excelente instrumento na tomada de decisão do Gestor Municipal, sendo de grande importância para o desenvolvimento sustentável do município, dado a preponderância da função do cadastro no planejamento territorial e na minimização dos problemas econômicos, sociais e ambientais (REIS e BRANDÃO, 2010).

De acordo com Loch (2005) a estruturação dos sistemas cadastrais, deve ser desenvolvida para dar suporte às atividades de levantamento dos dados cadastrais. Considerando que a pesquisa do sistema ocorre paralelamente ao levantamento de informações, é possível realizar as implementações necessárias aos propósitos estabelecidos. É recomendável que o sistema cadastral seja desenvolvido em linguagem e banco de dados que possibilite uma boa integridade dos dados e desempenho adequada devido ao trato de uma grande massa de dados para o gestor. Nessa mesma linha segundo Carneiro (2003), cada município é responsável pela legislação do solo urbano. Dessa forma existem instrumentos legais que auxiliam neste sentido. Sendo eles:

- a) Plano Diretor
- b) Lei do Parcelamento do Solo
- c) Lei de Zoneamento

Percebe-se a importância do Cadastro Técnico Multifinalitário para um planejamento consistente da Administração Pública, para Silva (1979), os objetivos do Cadastro Técnico Multifinalitário é o de embasar o planejamento governamental, resguardar a função social da terra, fiscalização da execução de planos de desenvolvimento regional para obras em geral, geração de dados espaciais para um sistema de

informações, geração de uma base física para as operações de serviços públicos. Garcia (1997) afirma que a informação assumiu, nos dias de hoje, seu mais importante papel na sociedade, é a força motriz do nosso mundo, seja na economia, na política, na administração, na produção, no lazer, entre outras. Assim o Cadastro Técnico Multifinalitário contribui para a Administração Pública se pautar na organização de dados para tributar, planejar, prestar serviços e promover o bem-estar e o desenvolvimento, social em todos os seus aspectos, e com isso realizar o planejamento de administração pública consistente e sustentável.

O Estatuto das Cidades (BRASIL, Lei 10.257/2001), afirma em seu Art. 2º que a sustentabilidade municipal está diretamente relacionada com a capacidade do município de ser capaz de manter a sua existência, e a condição de existências de seus integrantes. Para isso este ente federativo deverá garantir e promover, para as gerações presentes e futuras, o direito a cidade sustentável, dentre eles os serviços públicos, como a Segurança e o direito a propriedade. Ainda no mesmo sentido Braga (*et all.* 2002), afirma que um município poderá ser considerado sustentável quando for capaz de manter e melhorar a saúde de seu sistema ambiental, minorar a degradação e o impacto antrópico, reduzir a desigualdade social e prover os habitantes de condições básicas de vida, bem como de um ambiente construído saudável e seguro, e ainda de construir pactos políticos que permitam enfrentar desafios presentes e futuros. Neste sentido Lefebvre (2001), afirma que a realização de uma sociedade urbana exige uma planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade urbana.

2.4 SEGURANÇA HABITACIONAL

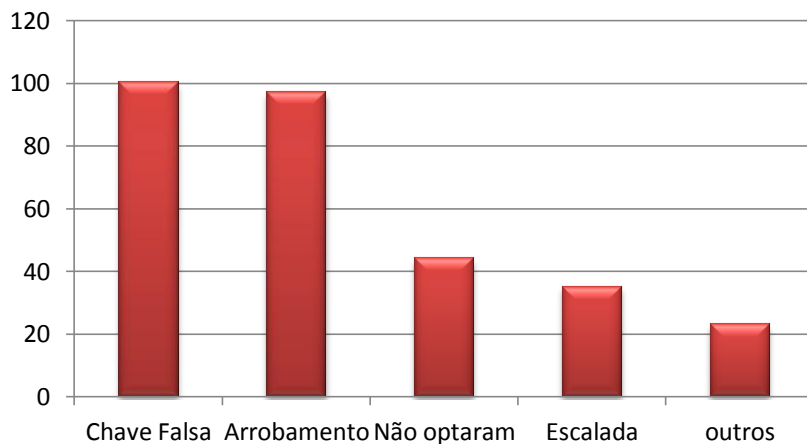
Foi visto a relação do urbanismo com a Segurança Pública, avançando no tema, será visto a segurança na habitação. Conceber espaços edificados e áreas urbanas é mais complexo do que se possa imaginar. Pela simples suposição de que se houvesse policiamento preventivo maciço com a presença ostensiva da polícia em todas as vias e esquinas, permanentemente, a maioria das pessoas acreditaria que isso resolveria todos os problemas de criminalidade urbana. Porém, há a limitação da atuação dos órgãos públicos restrito somente em áreas públicas. Assim, há muitos lugares privados, propriedades particulares, que não há possibilidade de ser executado o policiamento ostensivo, preventivo. Logo, percebe-se que é impossível e inviável manter todas as áreas de uma cidade com presença física policial. Por isso, devem-se

consideradas as características dos ambientes construídos que, na ausência do policiamento ostensivo, influenciariam positivamente na diminuição da ação delituosa na propriedade (MOLINA, 1990). Neste sentido Farias (2005), afirma que a ocupação dos espaços urbanos visa à tutela das funções urbanísticas, que se destinam a proporcionar a funcionalidade e a segurança.

Percebeu-se que a problemática da criminalidade e da violência abrange em sua maioria os crimes contra o patrimônio, sendo eles o de furtos e roubos. Um reflexo disso é que a grande maioria dos apenados cumprem pena por crimes envolvendo furtos e roubos. Buscando-se desvendar a conduta criminosa e as características das habitações que facilitavam ou que impediam o crime contra o patrimônio um estudo realizado pelo SisCOP da PMPR (2007), no qual psicólogos do DEPEN entrevistaram uma amostra carcerária com cerca de 900 detentos internos, onde puderam optar em responder ou não aos quesitos.

Dessa forma, perguntou-se quais foram às formas ou meios utilizados, pelos detentos internos, (Gráfico 11), sendo que 298 detentos responderam a esta pergunta da seguinte forma: 100 detentos utilizaram a chave falsa, 98 detentos utilizaram o método do arrombamento, 42 detentos não optaram, pois, o ambiente já estava vulnerável, 35 detentos optaram pela escalada e 23 detentos utilizaram outros métodos variados.

GRÁFICO 11 - Meio usado para cometer o furto

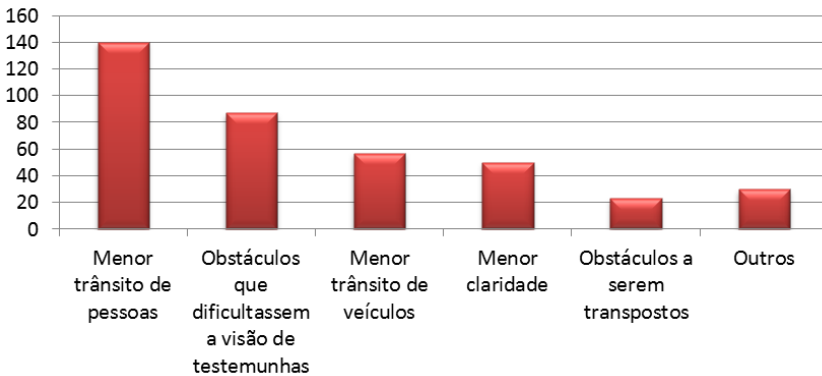


Fonte: PMPR - SisCOP, 2007.

Em análise ao Gráfico 11, percebe-se que a chave falsa e o arrombamento são os principais meios de se realizar o furto à residência. Isso demonstra que a acessibilidade ao interior da residência para realizar a invasão é determinante para cometer o crime de furto.

Também foi perguntado aos detentos quais os critérios que os fizeram escolher em específico o local do delito. Para esta pergunta obteve-se a resposta de 387 presidiários, com as seguintes afirmações:

GRÁFICO 12 - Critério de escolha da propriedade para cometer crime.



Fonte: PMPR - SisCOp, 2007.

Em análise ao Gráfico 12 constata-se a influência do trânsito de pessoas e da obstacularização do ambiente, pois isso implica diretamente na possibilidade de serem pegos durante o ato criminoso ou de serem identificados.

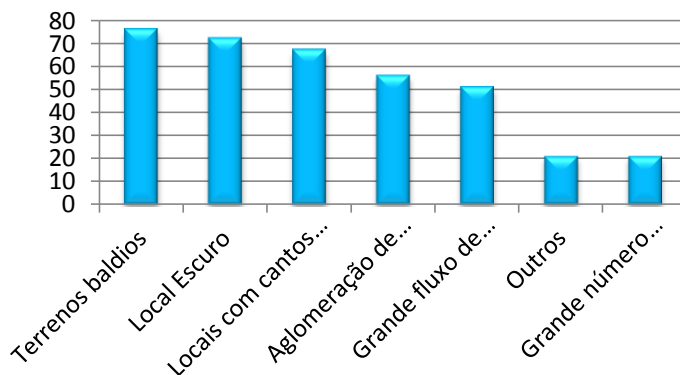
Foi questionado quais os fatores ambientais que facilitavam o cometimento do delito, obteve-se a respostas de 364 detentos.

Em análise ao Gráfico 13 é perceptível a preferência pelos terrenos baldios, locais escuros e locais com cantos escuros, logo se pode concluir que esta escolha é devido a possibilidade da ocultação do agente, ou para a impossibilidade de percepção dos demais moradores da vizinhança. Sendo então a iluminação e a visibilidade é um fator coator da conduta ilícita nestes locais.

Destaca-se que os itens “aglomeração de pessoas”, “grande fluxo de pessoas” referenciam aos locais que ocorriam eventos ou que existe um intenso fluxo de pessoas, que devido ao quantitativo de pessoas presentes no local e no momento do ato ilícito, suas ações tornam-se

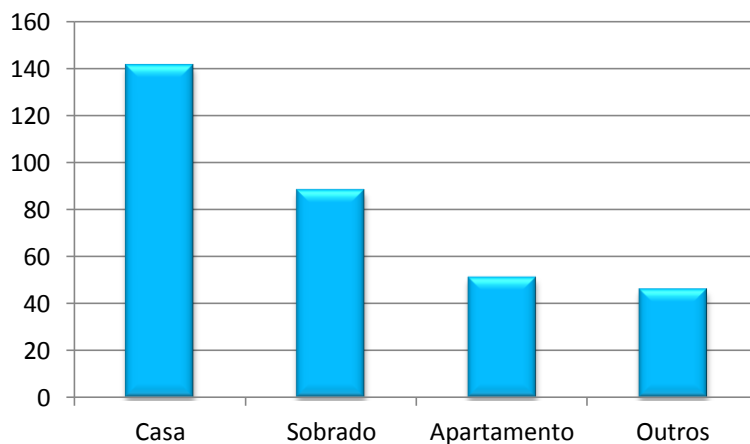
anônimas, pois se escondiam e se misturavam no meio do público. Dessa forma cometiam crime contra o patrimônio de forma furtiva. Conclui-se com isso que a ausência de transeuntes como excesso de transeuntes promove a vulnerabilidade do ambiente, devido a falta de testemunha e a possibilidade do anonimato na massa.

GRÁFICO 13 - Critério de preferência do tipo de propriedade para cometer crime.



Fonte: PMPR - SisCOP, 2007.

GRÁFICO 14 - Critério de preferência do estilo de prosperidade para cometer crime.



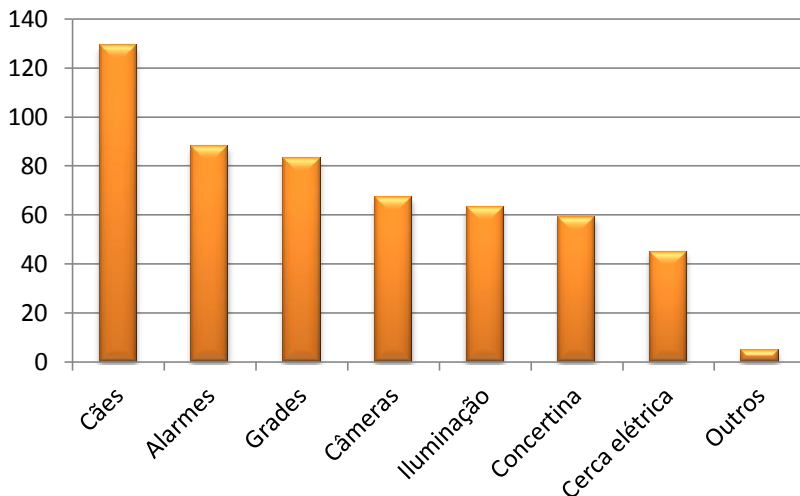
Fonte: PMPR - SisCOP, 2007.

Com relação ainda aos critérios das ações delituosas dos detentos, foi questionado quanto as suas preferências ao tipo de propriedade para cometimento de furtos ou roubos. Obteve-se a resposta de 325 detentos.

Segundo a análise do Gráfico 14 a “Casa”, ou seja, a unidade residencial unifamiliar isolada, é a de maior preferência para o cometimento de crimes contra a propriedade, seguido pelo sobrado, que pela sua configuração também é uma unidade residencial unifamiliar isolada, porém com dois níveis estruturais. Este fato se deve a possibilidade da ação criminosa em locais de baixa densidade de habitantes / moradores, como ocorrem nestas propriedades, associado ao fato da vulnerabilidade existente pelo fato dos cômodos se encontrarem diretamente no solo, facilitando o acesso do agressor.

No levantamento acerca dos elementos que mais prejudicavam ou dificultavam para a prática do cometimento de furtos ou roubos na propriedade, segundo a amostra de 539 detentos que responderam esta pergunta obteve-se as seguintes repostas:

GRÁFICO 15 - Elementos no ambiente construído que dificultam o cometimento do crime de furtos ou roubo.



Fonte: PMPR - SisCOp, 2007.

Em análise ao gráfico 15, constata-se que “cães” é o que provoca maior dificuldade para ação do agressor. Esta dificuldade está relacionada as características alarmativas que os cães possuem, ou seja,

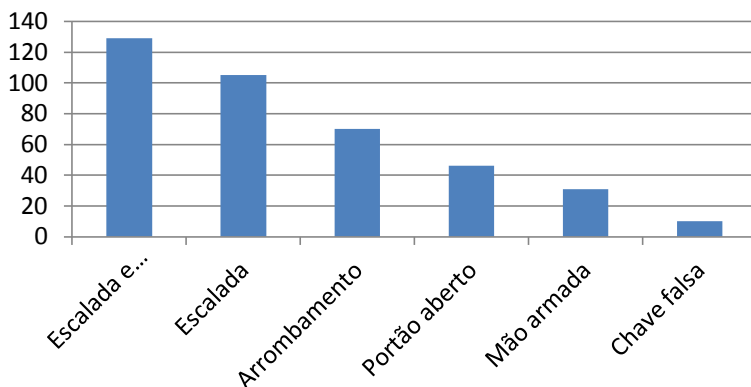
sempre latem para algo estranho, situação que geralmente chama a atenção dos moradores e/ou vizinhos. Entretanto, os cães não são intransponíveis, os agressores possuem formas diferenciadas de anularem estes “obstáculos” para as suas ações, como o uso de veneno, por exemplo. Em seguida vem o uso de alarmes e grades.

O alarme em geral libera sinal sonoro pegando o agente desprevenido situação em que o mesmo, agora se encontra em uma situação vulnerável e será visto pelo vizinho ou morador. Porém, sabendo da existência de alarmes, e se mesmo assim ainda manter seu interesse na invasão, os mesmos cortam a energia elétrica, que em muitos casos resolvia, pois a casa não possuía sistema de alimentação de energia independente.

As grades causam grandes transtornos. As grades das barreiras perimetrais dificultam bastante a técnica da escalada, na tentativa de invadir a propriedade ficavam expostos à percepção dos vizinhos. As grades existentes nas aberturas dificultam muito a entrada na habitação pelo fato de ter que transpô-la para conseguir acessar a abertura e posteriormente o interior da propriedade.

Ainda na mesma pesquisa, com o mesmo objetivo de levantar informações sobre os procedimentos e as metodologias utilizadas nos crimes contra residências, foram pesquisados 500 residências, na região de Curitiba-PR, sendo que 391 residências haviam sido vitimadas. Neste caso foi perguntado sobre quais foram os meios utilizados para ter acesso à propriedade e conseguir realizar a invasão, para praticar delitos contra as residências, sendo que obteve as seguintes respostas:

GRÁFICO 16 - Meios utilizados para a prática de delitos a residência.

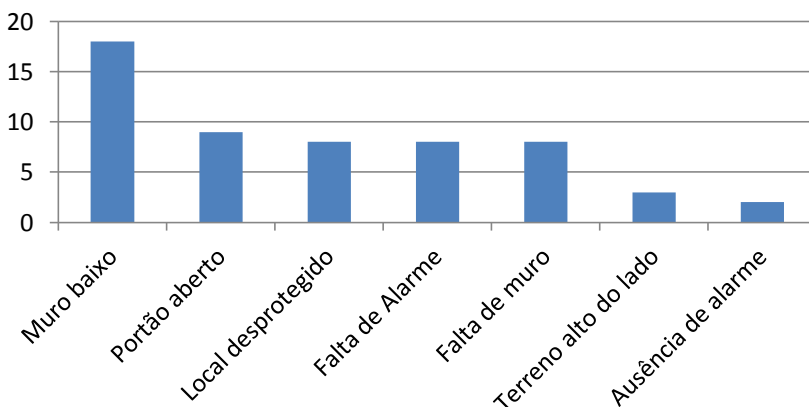


Fonte: PMPR - SisCOP, 2007.

Em análise ao gráfico 16, conclui-se que os meios empregado para a invasão foi na sua grande maioria a escalada do muro (barreira perimetral) associada ao arrombamento de alguma abertura da casa, como janelas ou portas. Cabe destacar que para realizar a escalada a habitação já havia sido escolhida anteriormente e esta escolha está diretamente relacionada com a possibilidade de êxito no intento dos agressores.

Na mesma pesquisa foi perguntado sobre qual o tipo de estruturas das residências que facilitou a ação criminosa, dos entrevistados 54 moradores responderam esta pergunta afirmando o seguinte:

GRÁFICO 17 - Características que facilitam a ação criminosa.



Fonte: PMPR - SisCOp, 2007.

Percebe-se que o muro baixo destacou-se dos demais. Em análise ao gráfico 17, destaca-se que não basta a existência do muro, ele deverá promover a segurança da propriedade. O muro baixo caracterizado por ficar entre 1m a 2m é facilmente transposto. Além disso, é necessário verificar se ele está íntegro, com a devida manutenção e se não existem objetos que promovem a sua escalada, ou se o próprio muro servirá como barreira de proteção visual para os agressores agirem livremente no interior da propriedade.

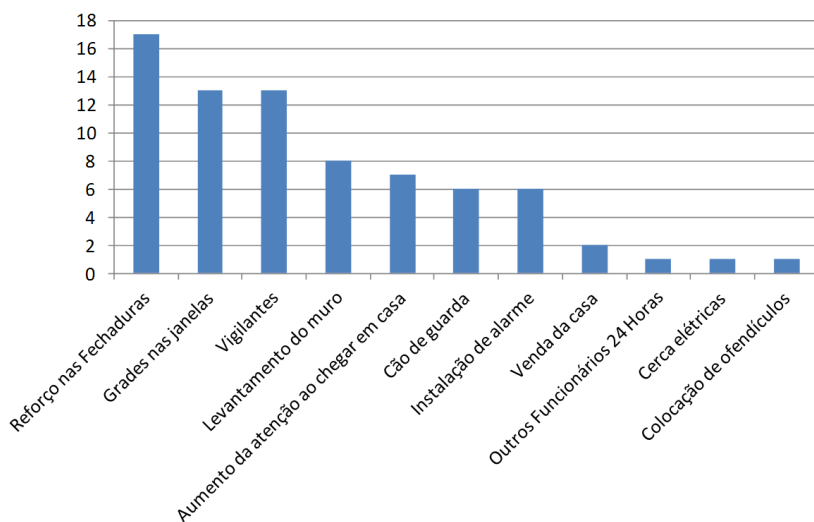
Os demais itens estão diretamente relacionados com a vulnerabilidade do ambiente, que após uma rápida observação percebe-se a possibilidade de uma vitimização.

Pertinente o estudo em epígrafe foi perguntado a estes moradores sobre as providências realizadas com o objetivo de resolver ou melhorar

a sua segurança, 74 entrevistados responderam este quesito, (Gráfico 18).

Percebe-se que a medida mais adotada é o reforço nas fechaduras, este fato é devido à grande maioria das invasões ocorrerem por arrombamento, danificando as fechaduras. Da mesma forma são instaladas grades nas janelas, obstaculizando a entrada nas residências. A terceira medida realizada é a contratação de vigilantes, devido ao fato que a maioria das invasões deu-se pela falta de supervisão.

GRÁFICO 18 - Providências para aumentar a segurança habitacional.



Fonte: PMPR - SisCOp, 2007.

O Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) também realizou uma pesquisa abordando as características das propriedades vitimadas, (Tabela 02).

Em análise a estes dados, percebe-se nitidamente que os elementos de segurança agregados ao ambiente, apresentaram grande eficiência, repercutindo em uma redução sensível de suas vulnerabilidades.

Destaca-se que os muros com menos de 2 metros apresentaram uma segurança maior que os muros maiores de 2 metros, que na verdade, conforme dados da tabela, não reduzem a vulnerabilidade e sim favorece a atuação criminosa no ambiente por ocultar a ação e a presença dos mesmos. Em comparação entre as barreiras perimetrais,

muros e grades, a que possui grades, apresenta uma redução dos índices de ocorrências, pois a mesma promove a supervisão do ambiente.

TABELA 02 - Características das propriedades vitimadas

CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES VÍTIMAS		
- CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO -		
Elemento de Proteção	Possui	Não Possui
Vigia Armado	04	391
Câmera de Vídeo	05	390
Vigia ou Porteiro	05	390
Só grades	08	387
Muro com menos de 2 metros	10	385
Muro com cerca elétrica	22	373
Alarme	36	359
Muro com cacos vidro	46	349
Sem muro ou grades	53	342
Olho Mágico	74	330
Interfone	74	321
Tranca Extra	143	252
Cão de Guarda	154	241
Grade na Janela	192	203
Muro com mais de 2 metros	332	163

Fonte: CRISP, 2012.

3 MÉTODOLOGIA

Com o foco no objetivo desta pesquisa, em construir o serviço de vistoria preventiva residencial, sendo um instrumento que possa gerar dados e informações para compor mapas temáticos e alimentar o Sistema de Informações Geográficas (SIG) para a Segurança Pública, estabeleceu-se as seguintes etapas, conforme o fluxograma a seguir:

1º ETAPA: Levantamento de dados - Realização do levantamento de dados estatísticos referente aos crimes cometidos contra as residências.



2º ETAPA: Características - Nesta fase foram relacionadas às características da habitação que favorecem e que prejudicam a segurança.



3º ETAPA: Elaboração do Questionário - Confeção do questionário a partir dos dados obtidos anteriormente.



4º ETAPA: Teste - Realização do pré-teste e elaboração do Índice de Vulnerabilidade do Ambiente Construído.

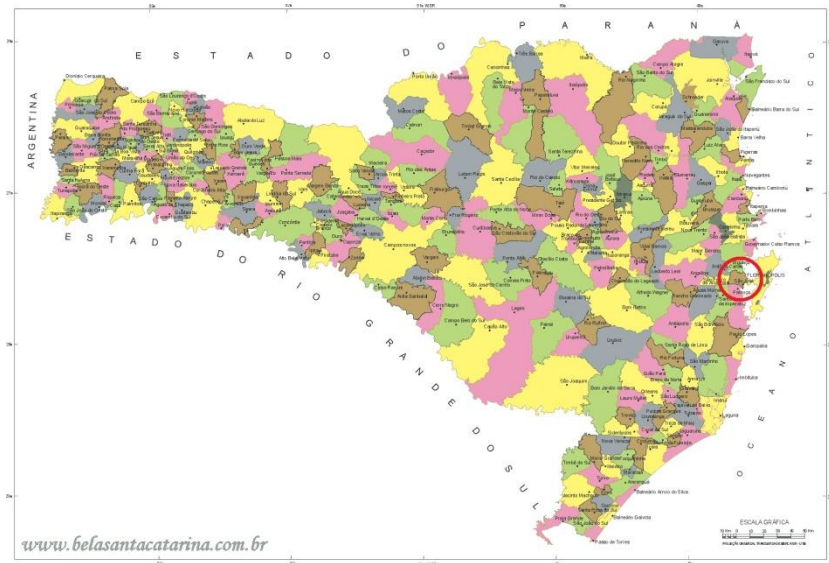


5º ETAPA: Conclusão - Finalização do questionário e a sua disponibilização para a implantação de um projeto-piloto.

3.1 ÁREA ESTUDADA

A presente pesquisa foi realizada no Estado de Santa Catarina (Figura 10), Município de São José (Figura 11), Bairro Jardim Cidade de Florianópolis do Distrito de Barreiros, que também abrange Areias, e Bela Vista, (Figura 12).

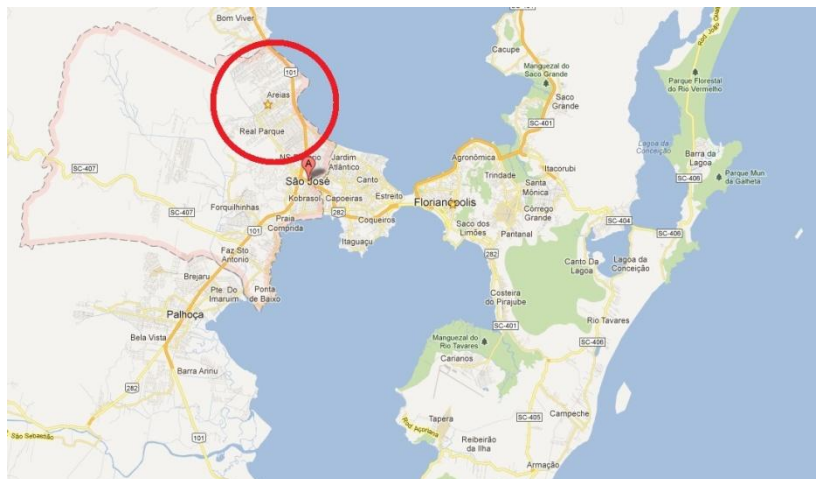
FIGURA 10 - Divisão Política de Santa Catarina.



Fonte: BELA SANTA CATARINA, 2012.

Foi selecionada a quadra limitada pelas Ruas Nove e Julho, Rua Plácidos Arnoldo Meira, Rua João Sandim, e Travessa Dois (Figura 13 e 14). Esta quadra possui 41 residências.

FIGURA 11 - Município de São José.



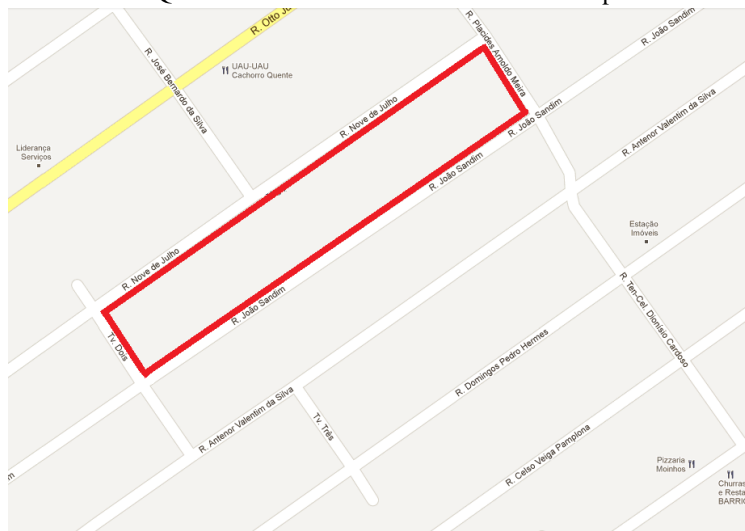
Fonte: BELA SANTA CATARINA, 2012.

FIGURA 12 - Distrito de Barreiros



Fonte: BELA SANTA CATARINA, 2012.

FIGURA 13 - Quadra do bairro Jardim Cidade de Florianópolis



Fonte: BELA SANTA CATARINA, 2012.

FIGURA 14 - Quadra do bairro Jardim Cidade de Florianópolis



Fonte: BELA SANTA CATARINA, 2012.

Foi possível realizar o pré-teste somente em 20 residências devido a falta de voluntários disponíveis, limitando muito o número de casas que se pretendia vistoriar.

Somente após a implementação do instrumento em um Batalhão da Polícia Militar é que se conseguirá uma adesão significativa de forma a produzir um quantitativo considerável. Aproximadamente 400 vistorias é o quantitativo necessário para uma possível validação deste instrumento, além de uma análise mais aprofundada dos dados, ação que não é o escopo desta pesquisa. Logo, permanece esta sugestão de validação e análises dos dados em estudos posteriores.

Neste local foi aplicado o questionário de pré-teste, nestas 20 residências, com o objetivo de verificar a confiabilidade e a coerência do questionário. Foi escolhida esta quadra, devido a disponibilidade destes 02 policiais militares, voluntários para contribuir com a pesquisa, estarem lotados na Cavalaria, que fica próximo a quadra estudada.

3.2. DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

São José é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina. Faz parte da região metropolitana de Florianópolis, no litoral do Estado, conurbando-se com a capital catarinense.

São José possui, segundo o Censo IBGE (2012), uma população de 206.812 habitantes, sendo o quarto município mais populoso do estado, atrás de Joinville, Florianópolis e Blumenau. A conurbação entre Florianópolis, São José e os municípios vizinhos faz da Grande Florianópolis a mais populosa região metropolitana de Santa Catarina.

QUADRO nº 04 - Dados do Município de São José / SC.

População (hab.)	Área (km²)	Densidade dem. (hab/km²)	Produto Interno Bruto (PIB) (2008)	PIB per capita
206.812	113,17	1.860,14	R\$4 bilhões	R\$20,5 mil

Fonte: IBGE, 2012.

QUADRO nº 05 - Bairros e habitantes do Município de São José.

Cidade Jardim de Florianópolis	5.796 Habitantes
--------------------------------	------------------

Fonte: SÃO JOSÉ, 2012.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Exploraram-se referências bibliográficas adequadas sobre o assunto, incluindo livros, revistas, periódicos nacionais e internacionais, artigos de congressos, teses e dissertações da área, cases, pesquisas em páginas da Internet, entre outros documentos a que se teve acesso.

Notadamente destaca-se a pesquisa realizada por psicólogos do DEPEN/PR (PMPR, 2007), que entrevistaram 900 detentos internos, que responderam a um questionário específico sobre crimes contra o patrimônio. Como também a pesquisa sobre vitimização e crimes contra o patrimônio, realizada pela CRISP (2012), na qual entrevistaram 495 residências. Ambas as pesquisas tiveram dados significativos e de relevância para o estudo do tema.

A partir da análise das informações apresentadas nas estatísticas pode-se estabelecer as características e os elementos arquitetônicos ou constitutivos do ambiente construído, que possuem relação direta ou indireta na vulnerabilização do morador, oportunizando o acontecimento do ato ou fato criminoso.

3.4 ANÁLISE SEMÂNTICA

Para avaliar as propriedades psicométricas do questionário e considerando que o questionário será aplicado por policias militares, realizou-se a análise semântica do questionário, com o objetivo de verificar se todos os itens eram compreensíveis para os potenciais participantes do estudo. Participaram da análise semântica seis policiais militares voluntários, e não apresentaram dificuldades para a compreensão dos itens, sendo mantida a mesma redação.

3.5 QUESTIONÁRIO

Na construção do questionário, produto desta pesquisa (Apêndice I), elaborou-se os quesitos abordados, informações necessárias para a análise da segurança do ambiente construído. Dessa forma aborda-se as seguintes categorias de respostas:

Variáveis qualitativas, as que se refere às variáveis que qualificam e identificam, como por exemplo, nome, CPF, RG e Endereço.

Variáveis contínuas cujos possíveis valores formam um intervalo de números reais e que resultam, normalmente, de uma mensuração, como por exemplo, peso, altura e pressão arterial.

Variáveis dicotômica que corresponde a variáveis qualitativas em que só há duas respostas possíveis “sim” ou “não”, mas para os casos em que a pergunta seria descabida disponibilizou-se “Não se aplica”.

Cabe destacar que as características favoráveis e positivas a promoção da segurança, resulta na afirmação das respostas. “Sim”. Logo, ao se deparar com uma resposta negativa para o quesito, encontra-se um elemento de vulnerabilidade ao qual merece atenção. Ficando como sugestão a implementação do elemento causador da negação, objetivando a sua positivação, deixando então de ser vulnerável para ser seguro.

Foram utilizadas as variáveis categóricas que envolvem mais de duas respostas possíveis, alternativas mutuamente exclusivas no item “Escolaridade”, “Emprego”.

3.6 MÉTODO DE VISTORIA

Estabeleceu-se que o procedimento para a realização da vistoria preventiva obedecerá uma sequência concêntrica. Assim, realizaram-se as vistorias dos ambientes construídos partindo do meio externo e concluindo no centro do ambiente vistoriado, interno. Dessa forma, a vistoria foi realizada do exterior para o interior, da área ampla para a área reduzida, do público para o semi-público, semi-privado e terminando no privado.

A vistoria já começou no início da via, ou esquina próximo à residência, indo para a proximidade da residência, ao seu redor, passou pelas suas barreiras perimetrais, foi para a área comum no interior da residência, pelas aberturas e demais acessos, e ainda no exterior verificou-se o segundo andar, algumas tinham.

Destaca-se que a vistoria é realizada somente no exterior da propriedade, no máximo dentro da área comum, pátio, não havendo necessidade de entrar na área privativa ou íntima da residência.

3.7 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (IVAC)

O Índice de Vulnerabilidade do Ambiente Construído (IVAC) tem por finalidade estabelecer os indicadores do grau de probabilidade

que estes ambientes possuem para os acontecimentos de crimes contra o patrimônio ou no seu interior. Sendo a vulnerabilidade do ambiente construído resultado de um sistema complexo, inicialmente tornou-se difícil estabelecer os limiares entre os níveis. Assim, optou-se por elaborar um índice que expressassem níveis de vulnerabilidade relativamente amplos, classificando em 3 grandes grupos, sendo eles: Classe I – Baixa Vulnerabilidade, Classe II – Média Vulnerabilidade e Classe III – Alta Vulnerabilidade.

A estrutura do questionário de Vistoria Preventiva foi concebida de forma que para cada pergunta que obtiver a resposta positiva, “SIM”, encontra-se um item que agrega ou fortalece a segurança do ambiente. Além disso, existem itens que talvez não sejam aplicáveis ou considerados, como por exemplo: “As janelas do andar superior possuem grades”, possuindo a casa apenas 01 andar, é uma questão não pertinente a casa vistoriada e não se aplica ao caso, dessa forma será respondido “Não se aplica”. Nos demais casos onde se obtém a resposta “Não”, significa a ausência de um item que agrega ou fortalece a segurança do ambiente. (Ver Apêndice I).

Para o cálculo do IVAC, do total de questões do questionário, foram desconsideradas as questões que não são pertinentes, sendo-as reduzida do total de questões do questionário pertinente em cada vistoria, obtendo-se o Número de Questões Válidas (QV). Foram somados os “SIM” obtidos de cada vistoria ($\sum S$), (Quadro 06). Para se obter o IVAC dividiu-se $\sum S$ por QV e multiplicou-se por 10 para convertê-lo à um número pertinente a escala de 00 a 10, sendo esta a escala adotada, (Quadro 07).

QUADRO 06 - Elementos do cálculo do Índice de Vulnerabilidade do Ambiente Construído (IVAC).

QV- Questões Válidas = (Nº de questões) - (Questões "Não se Aplica" ou "Não Sabe")
 $\sum S$ - Soma dos "SIM"
 IVAC - Índice de Vulnerabilidade do Ambiente Construído

QUADRO 07 - Fórmula matemática do cálculo do Índice de Vulnerabilidade do Ambiente Construído (IVAC).

$$\frac{\sum S}{QV} \times 10 = IVAC$$

3.8 PRÉ-TESTES

Levando-se em consideração que este questionário destina-se a um projeto-piloto em uma Unidade Policial Militar, no qual será oportunizado a sua aplicação em uma maior escala muito maior através do efetivo policial militar, foi realizada uma pequena aplicação do questionário elaborado em 20 residências com o caráter de pré-testagem, este número ficou limitado devido à falta de voluntários para a sua aplicação.

Estas residências possuíam as características da pesquisa: unifamiliar e isolada. O objetivo da realização deste pré-teste foi somente para verificar a qualidade, coerência e a funcionalidade do questionário através da confrontação das perguntas com os dados obtidos.

Segundo Barbeta (2011), é fundamental se testar as hipóteses formuladas, pois estas, quando comprovadas estatisticamente, passam a servir de suporte para outras pesquisas. Para a elaboração deste questionário utilizou-se estudos de pesquisas, que levantaram dados sobre a conduta criminal e o ambiente, estes dados serviram de base para a formulação do questionário.

3.9 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA - SIG

De modo a complementar as fontes primárias de informação, obtidas pelos questionários e operando sobre bases de dados sistematizadas e geocodificadas, executou-se análises, transformações e sínteses de dados. Utilizando-se de um conjunto de procedimentos computacionais, operados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG) foi possível tornar estes dados manipuláveis em um sistema de processamento automático.

3.9.1 Dados Cartográficos

Carta digital planimétrica do município de São José, escala nominal 1:2.000 ano 2011, foram convertidos para SIRGAS 2000.

3.9.2 Banco de dados

Informações em meio digital e analógico, coletado junto às residências participantes, mediante utilização do questionário de

vistoria, foram tabulados no programa Excel, em seguida foram transportadas e vinculadas no programa ARCMAP V.10.1

3.9.3 Articulação de Dados Cartográficos

De posse das 4 pranchas da Carta Digital Planimétrica contendo a área de estudo que representa um recorte espacial e estando as Cartas articuladas passou-se para a etapa de estruturação do banco de dados para composição do SIG.

3.9.4 Estruturação do Banco de Dados

Inicialmente houve a necessidade de conversão dos arquivos em formato *.dgn* para formato shapefile para vias, lotes e edificações de cada uma das 4 pranchas gerando os seguintes sub produtos: para vias (V1,V2,V3 e V4); para lotes (L1, L2, L3 e L4); para edificações (Ed1, Ed2,Ed3 e Ed4.

Posteriormente, houve a necessidade de unir as camadas correspondentes dos shapefiles de vias, lotes, edificações e criou-se para cada camada contendo a área de estudo completa os seguintes shapefiles: Vias, Lotes e Edificações.

No ambiente SIG foi possível detalhar os dados coletados, provenientes da aplicação dos questionários de vistoria. Os dados obtidos com o questionário, após organizados e estabelecidos os índices de vulnerabilidade, descritos no capítulo 3.8 foram vinculados à geometria. Para espacializar as classes de vulnerabilidade foram necessárias criar novos shapefiles para alta vulnerabilidade, média vulnerabilidade e baixa vulnerabilidade. Em formato de tabela de atributos, estruturou-se um banco de dados alfanumérico para cada classe de vulnerabilidade, utilizando-se o comando *join* de cada classe na geometria após adicionar a sua planilha correspondente que se encontrava em *Excel*. (Figuras 15, 16 e 17).

Figura 15 - Tabela de atributos: Residências com alta vulnerabilidade

FID	Shape *	Id	Habitação	Rua	nº	Bairro	Município	Morador	ÍNDICE
0	Polygon ZM	0		Rua João Sandim	714	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Gilvani Soares	3

(0 out of 1 Selected)

Alta

Figura 16 - Tabela de atributos: Residências com baixa vulnerabilidade

FID	Shape *	Id	Rua	nº	Bairro	Município	Morador	ÍNDICE
0	Polygon ZM	0	Rua 9 de Julho	765	Jardim Cidade de Fpolis	São José	José Ricardo de Melo	6,7
1	Polygon ZM	0	Rua João Sandim	812	Jardim Cidade de Fpolis	São José	José Nau	6,9

(0 out of 2 Selected)

Alta Baixa B

Figura 17 - Tabela de atributos: Residências com média vulnerabilidade

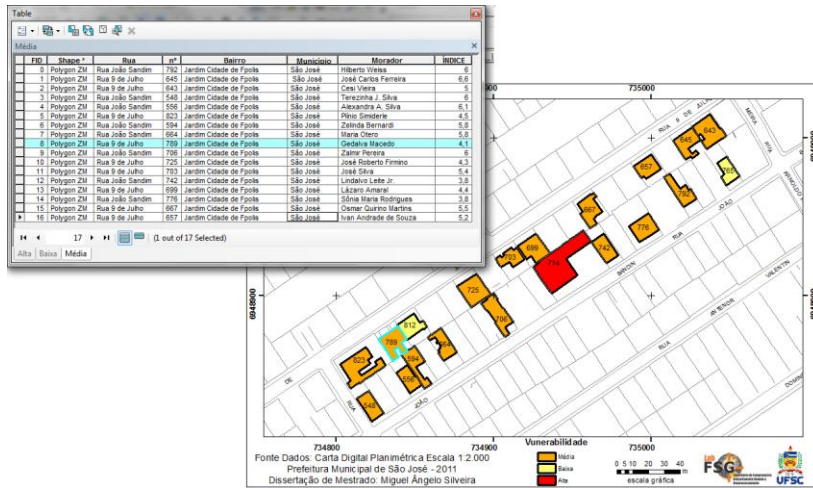
FID	Shape *	Rua	nº	Bairro	Município	Morador	ÍNDICE
0	Polygon ZM	Rua João Sandim	792	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Hilberto Weiss	6
1	Polygon ZM	Rua 9 de Julho	645	Jardim Cidade de Fpolis	São José	José Carlos Ferreira	6,6
2	Polygon ZM	Rua 9 de Julho	643	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Cesi Vieira	5
3	Polygon ZM	Rua João Sandim	548	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Terezinha J. Silva	6
4	Polygon ZM	Rua João Sandim	556	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Alexandra A. Silva	6,1
5	Polygon ZM	Rua 9 de Julho	823	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Plínio Simiderle	4,5
6	Polygon ZM	Rua João Sandim	594	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Zelinda Bernardi	5,8
7	Polygon ZM	Rua João Sandim	664	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Maria Otero	5,8
8	Polygon ZM	Rua 9 de Julho	789	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Gedalva Macedo	4,1
9	Polygon ZM	Rua João Sandim	706	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Zalmir Pereira	6
10	Polygon ZM	Rua 9 de Julho	725	Jardim Cidade de Fpolis	São José	José Roberto Firmino	4,3
11	Polygon ZM	Rua 9 de Julho	703	Jardim Cidade de Fpolis	São José	José Silva	5,4
12	Polygon ZM	Rua João Sandim	742	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Lindalvo Leite Jr.	3,8
13	Polygon ZM	Rua 9 de Julho	699	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Lázaro Amaral	4,4
14	Polygon ZM	Rua João Sandim	776	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Sônia Maria Rodrigues	3,8
15	Polygon ZM	Rua 9 de Julho	667	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Osmar Quirino Martins	5,5
16	Polygon ZM	Rua 9 de Julho	657	Jardim Cidade de Fpolis	São José	Ivan Andrade de Souza	5,2

(0 out of 17 Selected)

Alta Baixa B M

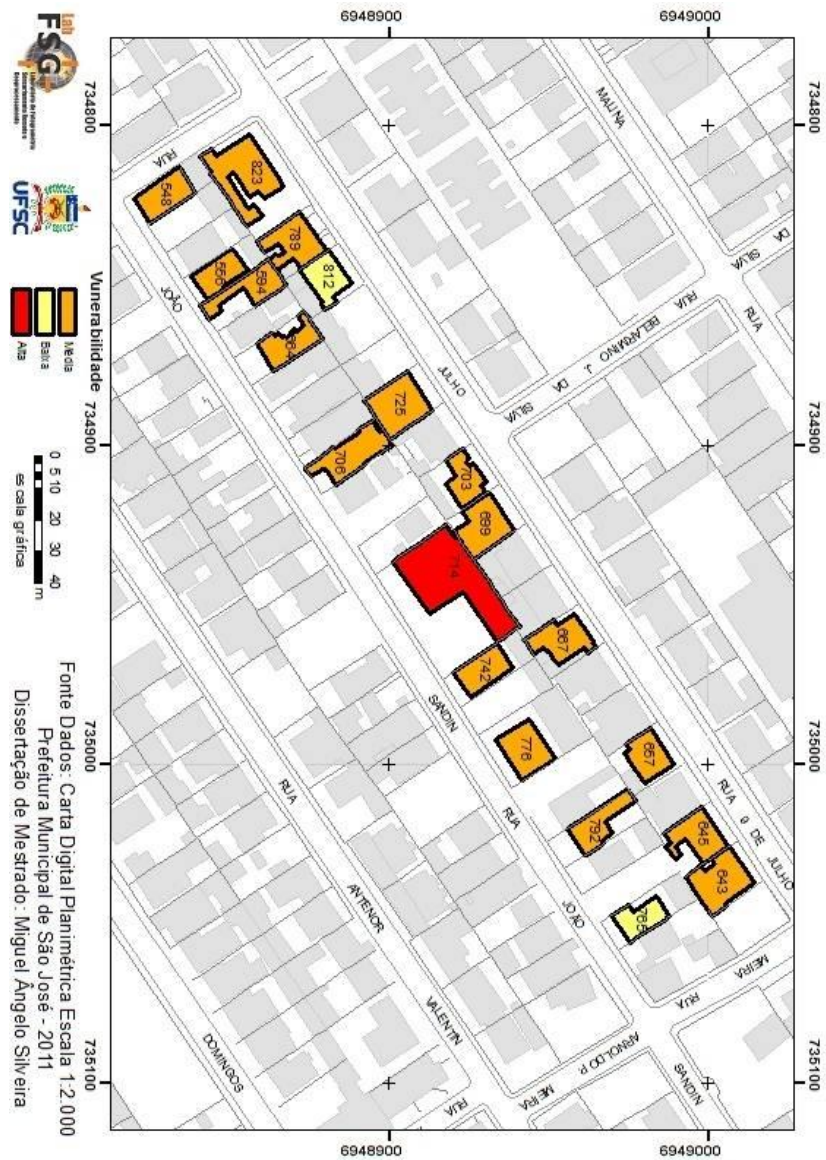
A figura 18, a seguir, apresenta a associação de dados entre a tabela de atributos e o mapa. Destacados em azul claro.

Figura 18 - Associação entre tabela de atributos e o mapa.



Estabelecido o preenchimento das tabelas de atributos de cada classe foi acionado o comando *label* e em *properties* estabeleceu-se o *label fields* para possibilitar a visualização no mapa do nº das residências, e seus respectivos índices de vulnerabilidades (figura 19).

Figura 19 - Mapa da quadra vistoriada. Apresentando o Índice de Vulnerabilidade.



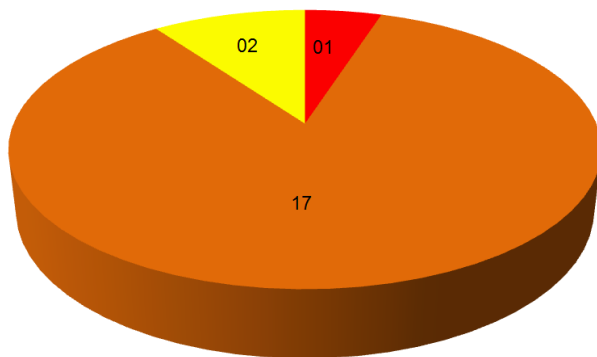
3.10 RESULTADOS OBTIDOS

3.10.1 Índice de Vulnerabilidade

Aplicou-se o índice de vulnerabilidade nestas residências. Como resultado obteve-se que das 20 residências vistoriadas, 01 residência apresentou alta vulnerabilidade, 17 apresentaram índice de média vulnerabilidade e 02 residências apresentaram índices de baixa vulnerabilidade (Gráfico 19). Comparando com os dados históricos de ocorrências policiais, constatou-se que as casas com baixa vulnerabilidade nunca foram assaltadas, as residências com média vulnerabilidade 40% foram assaltadas e as casa com alta vulnerabilidade foi assaltada 02 vezes. No geral este quadra foi classificada como de Média Vulnerabilidade com índice Geral 5,2.

Estes dados comprovam a funcionalidade do questionário de vistoria preventiva, sobre apontar ambientes construídos que possuem probabilidades de serem vítimas de crimes contra o patrimônio ou no interior destas residências.

GRÁFICO 19 - Número de casas e suas classificações quanto a Vulnerabilidade do Ambiente Construído (IVAC).



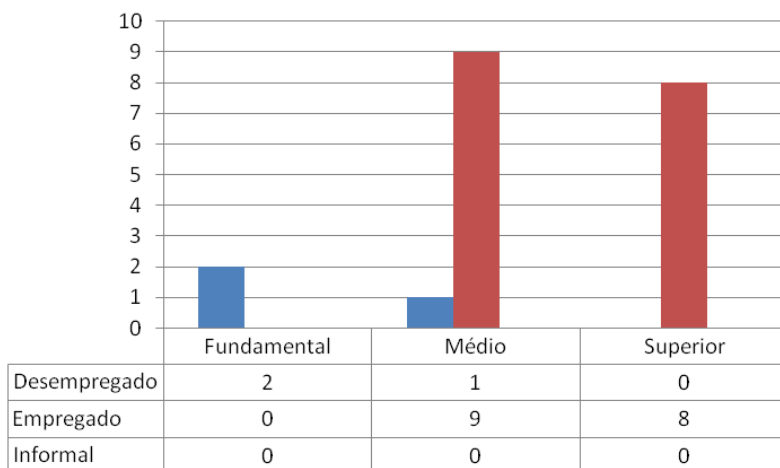
LEGENDA

- Baixa Vulnerabilidade
- Média Vulnerabilidade
- Alta Vulnerabilidade

3.10.2 Da Correlação de Dados

Para a análise dos dados do pré-tese foi utilizado o programa livre “R”, *The R Foundation for Statistical Computing*. Versão 2.15.1 (2012). As análises consistiram na correlação de alguns dados levantados na vistoria preventiva residencial.

GRÁFICO 20 - Emprego X Escolaridade

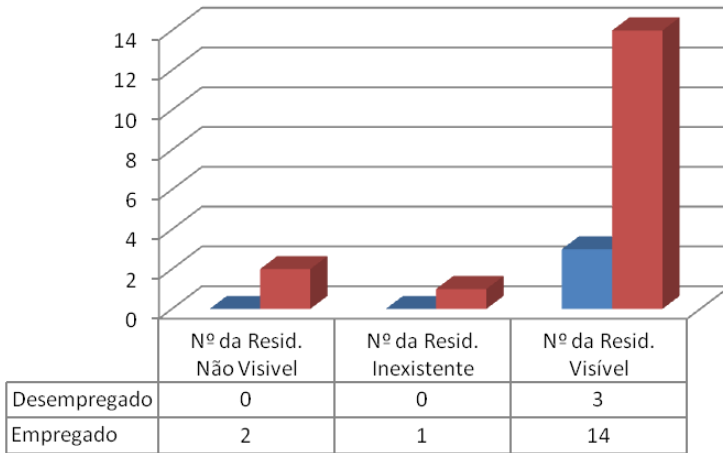


Legenda:

■ Desempregado ■ Empregado ■ Informal

Em análise ao correlacionamento realizado entre a empregabilidade e a escolaridade (Gráfico 20), percebe-se que dos moradores empregados 08 possuem nível superior, 09 possuem nível médio, como também se constatou que os desempregados possuem escolaridade de nível fundamental. Logo, quanto maior for o nível de escolaridade melhor será a sua empregabilidade. Estas informações são importantes na questão da segurança pública, pois quanto maior for o nível de desemprego pior serão as condições de vida do cidadão, sendo que isso repercute diretamente em diversos setores, sendo um deles o de segurança pública.

GRÁFICO 21 - Emprego X N° da Residência visível



Legenda

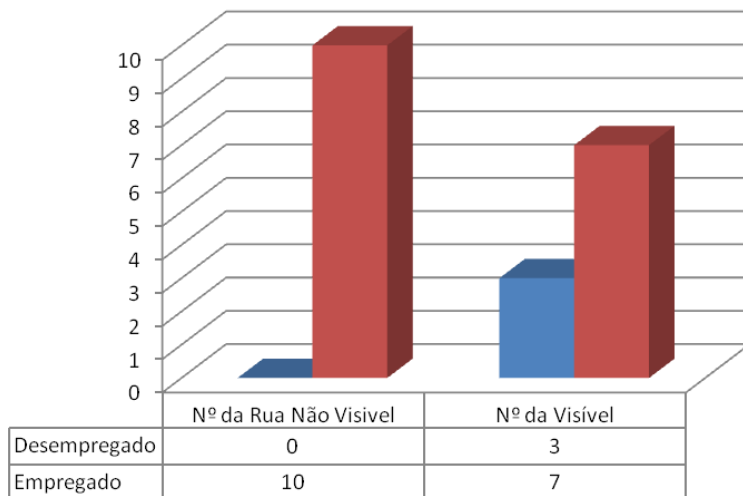
■ Desempregado ■ Empregado

Destaca-se, no Gráfico 21, que quando o morador está empregado, normalmente ele permanece no horário comercial fora de casa, estando a casa geralmente vazia. O número da residência é o identificador da propriedade, sendo que é com este número que as viaturas policiais e emergenciais podem encontrar a moradia.

Ao correlacionar o nível de emprego com o número da residência, encontra-se que em 02 casas o número da residência não é visível, que em 01 casa o número é inexistente, sendo o morador está empregado. Em 03 casas o número é visível para desempregados e 14 visível para moradores empregados.

Pode-se perceber com isso o grau de vulnerabilidade de 03 casas, pois caso ocorra algum tipo de emergência, o morador não estará em casa, e esta casa não será encontrada facilmente ocorrendo atraso no atendimento de emergência.

GRÁFICO 22 - Emprego X Nome da rua visível



Legenda

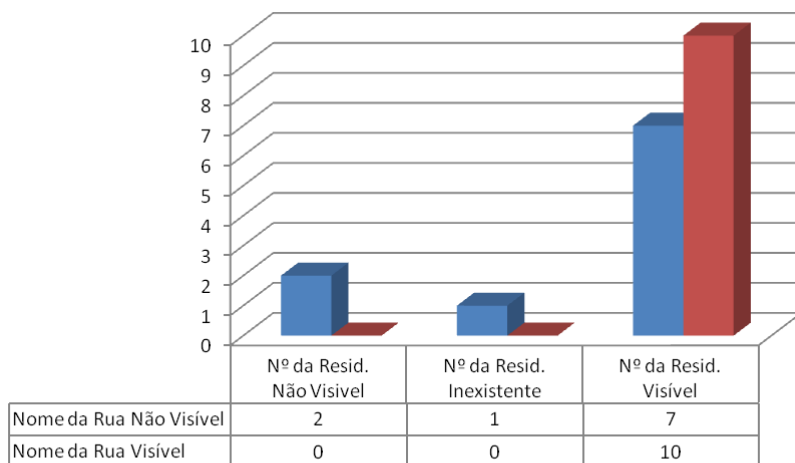
■ Desempregado ■ Empregado

O Gráfico 22 apresenta uma condição semelhante ao gráfico anterior, ao correlacionar o grau de empregabilidade com a visibilidade do nome da rua, encontra-se uma vulnerabilidade destas residências, relacionada com a capacidade de atendimento de emergência para estas residências.

Obteve-se que para os 10 moradores empregados o nome da rua não está visível, porém para 07 o nome da rua está visível. Para os moradores desempregados 03 residências o nome da rua está visível.

Em análise a este gráfico percebe-se que os moradores que estão empregados, residem em ruas com os nomes não visíveis. Logo, estão susceptíveis ao retardo no atendimento de emergência.

GRÁFICO 23 - Nome da Via e Nº da Residência



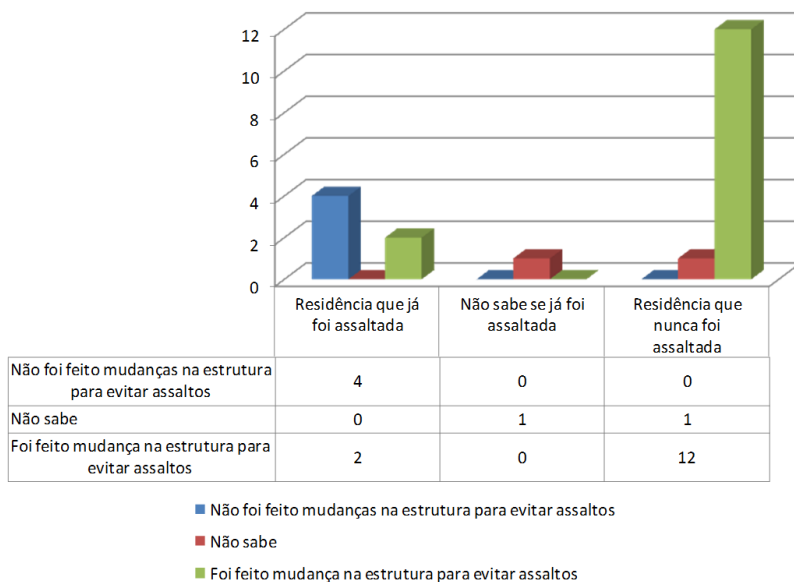
Legenda

■ Nome da Rua Não Visível ■ Nome da Rua Visível

Nesta correlação (gráfico 23) constatou-se que para o nome da rua não visível também existem 02 residências que o número não visível, 01 residência que o número não existe e 07 residências com números visíveis. Para as residências com o nome da rua visível existem 10 residências com o número visível.

Destaca-se que para estas 03 residências que não é possível identificar o nome da rua e o número das residências, mesmo com moradores presentes, devido à falta dos identificadores básicos essenciais para os serviços de emergências, há uma grande possibilidade de atraso nos atendimentos emergenciais, inclusive correndo o risco deste atendimento emergencial não chegar. Tanto o atraso quando a possibilidade de não chegar ao local, repercutirá em graves consequências, podendo ser uma delas um óbito.

GRÁFICO 24 - Assalto X Mudança estrutural

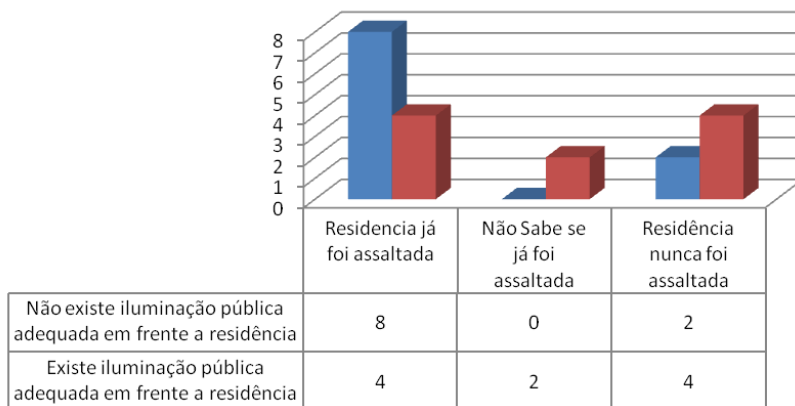


O Gráfico 24 trata sobre o correlacionamento entre ocorrências de crime nas residências e mudanças estruturais.

Ao analisar este gráfico percebe-se que dentre as residências que já foram assaltadas 04 não fizeram nenhuma mudança na estrutura para evitar assaltos e 02 fizeram mudanças na estrutura para evitar assaltos. Existe 01 que não sabe se a residência já foi assaltada e se foi feita alguma alteração na estrutura, pois se trata de uma casa alugada. Dentre as residências que nunca foram assaltadas 01 não sabe se já foi feita alguma alteração na estrutura da residência e 12 residências fizeram mudanças na estrutura para evitar assaltos.

Percebe-se então que as mudanças feitas para evitar assaltos contribuíram na queda dos índices de assaltos, aumentando dessa forma o número de casas não assaltadas.

GRÁFICO 25 - Assalto X Iluminação pública



Legenda

- Não existe iluminação pública adequada em frente a residência
- Existe iluminação pública adequada em frente a residência

No Gráfico 25 foi correlacionada a existência da iluminação pública com a ocorrência de crimes nas residências.

Das residências que já foram assaltadas 8 não possuem iluminação pública adequada em frente a residência e 4 possuem iluminação pública adequada. Existem 2 residências que não sabe se foi assaltada, mas possuem iluminação pública adequada em frente as residências. Das residências que nunca foram assaltadas 2 não possuem iluminação pública adequada e 04 possuem iluminação pública adequada.

Percebe-se que o quantitativo de residências assaltadas, com iluminação pública inadequada é o dobro das casas que nunca foram assaltadas e que possuem iluminação pública adequada.

Em uma análise geral do questionário o mesmo apresentou boa qualidade, sendo coerente e funcional.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Após analisar os Gráficos nº 10 ao 18, incluindo a Tabela 02, além das demais informações no referencial teórico, pode-se descortinar as características e os elementos dos ambientes urbanos construídos, em específico nas habitações, que influenciam diretamente e indiretamente a ação criminosa. Tendo conquistado estas informações, agora se sabe os motivos, os meios e as formas de execução do crime contra o patrimônio. Sabe-se como, porque, e de que forma que o crime é praticado.

Após isso, estas informações foram destacadas, relacionadas e organizadas em grupos correlatos. Assim, serviu de base para confecção do questionário para a Vistoria Preventiva Residencial - VPR.

4.1 CARACTERÍSTICAS DAS RESIDÊNCIAS QUE FAVORECEM A AÇÃO CRIMINOSA

A maioria dos delitos está diretamente relacionada com furtos e roubos em residências, ocorrem principalmente devido as características arquitetônicas do ambiente construído, que favorecem o ato criminoso.

Através desta pesquisa pode-se desvendar quais são as principais características que favorecem a ação criminosa, sendo elas:

1 - Muros cegos que obstruem totalmente a visão de mão dupla entre a via pública e a propriedade. O que gera segurança para o proprietário também gera segurança para o invasor;

2 - Muros em rampa, estes muros oportunizam o acesso ao andar superior pelo lado externo da residência;

3 - Telhado da garagem que prejudica a visibilidade do nível inferior, ou criando o efeito escada, onde se pode ter acesso ao pavimento superior através deste telhado;

4 - Sacadas próximas a lateral do ambiente construído, esta proximidade facilita o acesso ao nível superior da construção;

5 - Aberturas do piso superior desprovidas de proteção ou reforço adicional;

6 - Suporte de lixo junto ao muro, causando o efeito degrau ou escada, facilitando acesso ao interior da propriedade;

7 - Caixa de Luz ou caixa do hidrante com saliência de forma que cause o efeito escada, facilitando o acesso sobre a barreira perimetral;

8 - Portões que impedem a visibilidade do seu exterior, ocultando a ação criminosa ou dificultando a identificação, obrigando, dessa forma, a ter que sempre abrir o portão;

9 - Arborização não planejada ou sem manutenção, que geralmente prejudica a iluminação e/ou a visibilidade do ambiente construído, ocultando a ação criminosa, e prejudicando a vigilância natural;

10 - Iluminação deficiente no interior e/ou na frente da propriedade, dificultando a visibilidade e a vigilância natural.

Destaca-se que cada residência possui características únicas e específicas, e o seu conjunto formam um todo personalizado, merecedor de uma atenção especializada não sendo recomendadas indicações generalizadas.

Além desses elementos, foram detectadas características em elementos mais complexos, relacionados ao conjunto de habitações no ambiente urbano, como por exemplo, a heterogeneidade urbana, a interconectividade visual, desenho da via pública, a presença de praças e parques, entre outros que deverão ser objetos de estudos posteriores.

4.2 CARACTERÍSTICAS DAS RESIDÊNCIAS QUE FAVORECEM A SEGURANÇA

Em contraposição as características que favorecem o crime, detectaram-se as características arquitetônicas que promovem a redução da vulnerabilidade do ambiente construído e da vitimização do morador, que promove a segurança e a proteção do ambiente construído habitacional, sendo elas:

1 - Barreira perimetral íntegra, alta e de circunferência completa, que promova boa visibilidade como grades, ou vidro temperado, colunas de concreto, contemplando o princípio da interconectividade visual;

2 - A barreira perimetral deverá estar livre do “efeito escada”, ou seja, sem elementos como caixa de lixo, caixa de luz, caixa de hidrantes, arborização, aterro ou entulho que facilite ou promova o acesso ao interior da residência;

3 - Ofendículos na parte superior da barreira perimetral, de preferência que a sua parte superior não seja estável, ou seja, sem base, com ofendículos fixo e permanentes tipo “lancetas”, devidamente identificado com placa informativa do perigo, conforme legislação urbanística;

4 - A iluminação na parte externa, em frente à propriedade, eficiente e de forma que ilumine a via pública, calçada e a entrada da residência;

5 - Iluminação no interior da propriedade de forma que ilumine a sua parte visível da via pública, promovendo a supervisão de portões e acessos;

6 - Iluminação protegida contra danos as lâmpadas;

7 - Sensor de iluminação, podendo ser de luz, de movimento ou timer;

8 - Acesso rápido e automatizado à residência, reduzindo a exposição do morador ao adentrar na propriedade;

9 - Interfone com câmera de vídeo que permita a comunicação sem a exposição e o risco, além de também poder saber quem está em frente à propriedade mesmo que não venha a tocar o interfone;

10 - Visibilidade do portão de entrada, para que possa ver quem pretende entrar, ou está chamando;

11 - Olho mágico na porta para que saiba quem está batendo antes de abrir;

12 - Sacada livre de acessos secundários e alternativos, como pelo telhado da garagem, piso superior, muros ou arborização;

13 - Fechaduras e dobradiças reforçadas;

14 - Previsão de trancas nas principais portas;

15 - Sistema de alarme e de atendimento deste alarme quando tocar;

16 - A existência de cão de guarda, ou/e de um cão de alarde, contribui significativamente para o impedimento de uma invasão ou o cão atuara avisando a ocorrência de uma invasão na propriedade, mas não transferir a responsabilidade da segurança para o cão;

17 - Não manter dinheiro ou joias no interior da propriedade;

18 - Estabelecer relacionamentos sociais com os vizinhos, fortalecendo a supervisão natural e a integração social;

19 - O nome da rua e o número da residência bem visível e iluminado promovendo a fácil identificação e atendimento pelos órgãos de segurança e emergências médicas;

20 - Realizar a devida e necessária manutenção dos elementos essenciais à segurança.

Obviamente que não existe uma configuração que promova a total garantia de segurança contra crimes, entretanto com o presente trabalho é possível detectar as tipologia construtiva, e suas

características, mais adequadas para a redução da vulnerabilidade da residência unifamiliar isolada.

4.3 INOVAÇÃO

De posse das informações anteriores, pode-se construir um questionário, para servir de guia, de orientação à população, e ainda oportunizar aos órgãos de segurança, uma análise dos ambientes construídos, indicando melhorias para a redução da probabilidade de vitimização e lesão patrimonial.

Dessa forma, inovou-se a segurança pública com um novo serviço para a prevenção criminal através da realização de vistorias e análises das habitações, buscando encontrar os pontos de vulnerabilidade que poderão ser utilizados pelo cidadão infrator no cometimento de crimes.

Este questionário (Apêndice I) é o resultado de uma busca consciente e intencional de oportunidades para inovar os serviços de segurança pública, produto da conjunção das necessidades, da mudança de percepção e de novos conhecimentos adquiridos com a presente pesquisa.

4.4 DIFICULDADES NA APLICAÇÃO DO PRÉ-TESTE

Dificuldade encontrada foi o fato de ser impossível uma aplicação ser mais ampla do pré-teste por falta de voluntários, somente após a implementação do instrumento no 7º Batalhão da Polícia Militar é que se conseguiu uma adesão significativa. Este fator restringiu a dois policiais militares vistoriadores no período de pré-testes do questionário. Este efetivo não atende a demanda de forma a produzir um quantitativo considerável de aproximadamente 400 vistorias, em curto prazo. Sendo este o quantitativo necessário para uma possível validação deste instrumento. Logo, permanece esta sugestão de validação em estudos posteriores.

Outra dificuldade existente foi a limitação do estudo ao bairro Jardim Cidade de Florianópolis, Distrito de Barreiros, do Município de São José, Santa Catarina. Local onde foi aplicado o questionário de pré-teste para verificação da confiabilidade e a coerência do questionário. Foi escolhido este município, devido à disponibilidade de policiais militares voluntários para contribuir com a pesquisa.

Para a realização do pré-teste foi selecionado a quadra limitante pelas seguintes ruas: Rua Nove Julho, Rua Plácides Arnolde Meira, Rua João Sandim, e a Travessa Dois. Esta quadra possui 41 (quarenta e um) residências, no qual foram feitas o pré-testes em 20 (vinte) residências. Figura 05 e 06.

4.5 ACEITAÇÃO DA POPULAÇÃO

Este serviço foi implantado na 2ª Cia do 7º BPM, em outubro de 2012, após a divulgação da implantação do serviço na comunidade de Campinas e Forquilha, o Batalhão recebeu-se diversos e-mails e telefonemas, todos buscando agendar vistorias preventivas. Em 10 (dez) dias, ou seja, 02 (duas) semanas houve 56 agendamentos de vistorias, entretanto somente está sendo possível realizar a média de 03 (três) a 04 (quatro) vistorias por dia. Além disso, diversos outros moradores de outros bairros, ainda não contemplados, fizeram contato solicitando o mesmo serviço, ou buscando informações de quando o mesmo será disponibilizado em sua comunidade. Isso demonstra a aceitabilidade e o interesse da comunidade neste novo serviço.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÕES

Com base nos resultados obtidos no presente estudo, têm-se as seguintes conclusões:

O questionário atuou como um instrumento de levantamento de dados, assim será possível a confecção de mapas temáticos e a apresentação de zonas de vulnerabilidade;

Através da correlação de dados, será possível fazer análise estatística e de probabilidade sobre a atuação criminal nas residências, com isso poderão ser implementadas estratégias de policiamento nas áreas mais propícias ao crime;

Esta pesquisa também apresentou um dado importante, a necessidade do engenheiro civil, arquiteto ou urbanista, em projetar promovendo a segurança, para que não sejam criados locais ou casas vulneráveis, facilitadoras da ação criminosa, ampliando a contribuição destes profissionais para a sociedade;

Com a criação deste novo serviço para a prevenção do crime, foi oportunizado o restabelecimento do contato da Polícia Militar com o cidadão de bem, sem ser uma emergência ou ocorrência policial.

A habitação estando mais segura, inclusive se esta segurança for avaliada pelo órgão público de segurança, promoverá a valorização do imóvel e, em consequência, a valorização do bairro;

A vistoria preventiva contribui para a redução da criminalidade, da vitimização ou da reincidência criminal;

A vistoria preventiva promove o aumento do potencial operacional da corporação policial, pois consegue prevenir mais crimes;

A vistoria preventiva promove a redução dos custos do Estado com a Segurança Pública, pois ela se tornou mais eficiente com os mesmos recursos e o mesmo efetivo.

Destaca-se que não há qualquer custo ao proprietário pelo serviço oferecido, nem obrigatoriedade, as alterações a serem realizadas, ficam a critério do morador optando o que fazer. Além disso, é sugerida a consulta de um profissional de construção, na necessidade de alterações significativas;

A vistoria preventiva residencial promove o desenvolvimento sustentável das construções e do ambiente urbano, a promoção da cidadania e do bem-estar social.

Para o enfrentamento do crime e da violência é necessário a participação de toda a sociedade, tanto cobrando soluções do Poder Público como se organizando em redes comunitárias de proteção e apoio, de desenvolvimento social e segurança pública, isso significa trabalhar em conjunto.

É importante não transformar o diagnóstico, a identificação das causas, em motivo para mais violência. Afirmar que as áreas urbanas mais desprovidas de recurso facilitam a criminalidade não significa dizer que os moradores dessas áreas sejam culpados ou criminosos. Na verdade, além de enfrentar condições precárias de subsistência, essa comunidade ainda é a principal vítima de crimes violentos. Grande parte das ações necessárias está na gestão urbana, que compete aos municípios. Como a segurança pública é tarefa dos Estados, é preciso haver integração entre políticas urbanas e políticas de segurança pública.

Concluí-se que o intento desta pesquisa foi alcançado. A criação da vistoria preventiva residencial, para analisar o ambiente construído, com o objetivo de reduzir a sua vulnerabilidade, contribuindo com os órgãos atuantes na Segurança Pública.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Atualmente o serviço, está na fase de “Projeto-Piloto” em pleno desenvolvimento e execução na 2ª Cia do 7º BPM em Forquilha, São José / SC. Ao passo que são realizadas as Vistorias Preventivas, periodicamente são feitas reuniões com os objetivos de detectar problemas e encontrar soluções para o aperfeiçoamento e desenvolvimento deste novo serviço. O objetivo é de realizar no mínimo 500 (quinhentas) vistorias, após ter atingido esta quantidade, será possível a conclusão final do instrumento, de forma que o mesmo represente o objeto a ser medido, livrando-os de erros sistemáticos, ajustando para um melhor desempenho, exatidão e confiabilidade. E, por fim, validando-o para se obtenha a aceitação científica do mesmo. Feito isso, será possível programar o novo serviço de Vistoria Preventiva Residencial, para todos os demais Batalhões da Polícia Militar no Estado de Santa Catarina.

Sugere-se a continuidade desta pesquisa vislumbrando a validação do questionário de Vistoria Preventiva Residencial, e a elaboração dos produtos gerados a partir de sua aplicação como mapas temáticos, zonas de segurança, ampliação para ambientes estratégicos como empresas públicas de energia elétrica, telefonia, e abastecimento

de água, além de outros ambientes construídos como comércios, condomínios, escolas e hospitais, entre outras sugestões citadas anteriormente.

Durante o desenvolver inicial desta pesquisa, buscou-se compreender de forma mais detalhada o fenômeno da criminalidade e da violência. Condição importante para se atuar sobre o mesmo. Ao passo que os estudos se aprofundaram sobre esta temática se desvendou uma nova percepção sobre a gênese do cidadão infrator. Entendeu-se que a problemática da criminalidade e da violência é complexa, resultante de diversos fatores interligados. Uma verdadeira gênese interfatorial, que abrange a atuação de vários setores públicos e da comunidade em diversos momentos de forma continuada a curto, médio e em longo prazo. Logo, recomendam-se estudos mais aprofundados sobre este tema.

Destaca-se que o tema não foi exaurido, havendo a necessidade de ser continuado em pesquisas futuras. Além disso, sugere-se que sejam abordados os diversos assuntos e temas colaterais apontados no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, que pelo objetivo de não fugir de tema principal não puderam ser alvo de maiores pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher. **“The City as a Mechanism for Sustaining Human Contacts,”** Institute of Urban & Regional Development, University of California, Berkeley. WP No 50, October. 1966. 86p.

ALVES, Armando Carlos. **Segurança... o que é? E Sobre Segurança.** In Revista Pela Lei e Pela Grei. GNR. Lisboa: 2003. 202p.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais.** 7ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC. 2011. 315p.

BAYLEY, David H. **Police Function, Structure, and Control in Western Europe and North America: Comparative and Historical Studies.** Crime & Justice 1: 1979. p 109-144.

BELA SANTA CATARINA. Imagens da divisão política de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.belasantacatarina.com.br>>. Acessado em 25 de Mai de 2012.

BITTNER, Egon. **The Functions of the Police in Modern Society.** Cambridge: G&H. Publishers, 1970. 132p.

BONDARUK, R. L. **A Prevenção do Crime através do Desenho Urbano.** 2º ed. Curitiba, 2007. 328p.

BRAGA, Tânia Moreira. FREITAS, Ana Paula Gonçalves de. DUARTE, Gabriela de Souza. CAREPA-SOUZA, Júlio. **Índices de sustentabilidade Municipal: O desafio de mensurar.** URBAN WORLD FORUM, 2002, Reports os Dialogues II – sustentable urbanization. Disponível em: <<http://www.unchs.org/uf/aii.html>>. Acessado em: 20 ago, 2010.

BRASIL. BID / Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. **Manual do Programa Habitar Brasil BID-Orientações do Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais.** Brasília, 1999. 82p.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil – CF/88**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 436p.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº. 10.406, 10 de Janeiro de 2002. 1058p.

BRASIL. **Código Penal**. Lei nº. 7.209, 11 de Julho de 1984. 446p.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 88.777**, de 30 de Setembro de 1983.
Regulamento das Polícias Militares e dos Bombeiros Militares – R 200.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 – **Estatuto das Cidades**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acessado em: 03 Set. 2010;

BRASIL. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. **Programa Habitar Brasil BID/Regulamento Operacional**. Brasília, 2009. 65p.

BUVINIC, M. A. **Violence as an obstacle to development**. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 1999. 99p.

CARNEIRO, A. F. **Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis**. Porto Alegre: IRIB, 2003. 265p.

CHOAY, Françoise. **L'Urbanisme**. Paris: Éditions du Seuil. 1965. 447p.

CRISP. Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. **Pesquisa de Vitimização**, 2002. Disponível em <<http://www.crisp.ufmg.br>>. Acessado em 07 de Mai de 2012.

DUBET, F. **Penser le Sujet**. Saint Louise: Fayard, 1995. 633p.

DUPONT, Benoit. **La Gouvernance et la sécurité. In Traité de Sécurité Intérieure**. Montréal: Hurtubise, 2007. 55p.

DWANY, Andres. **“Neotraditional Urbanism versus Suburban Sprawl”** Video Tape, produzido por TRACE (University of Waterloo) na apresentação do tema. 1993.

ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio, MEIRELES, Amauri. **Entendendo a nossa insegurança**. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, 2003. 424p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3º. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 210p.

FARIAS, Paulo José Leite. **Ordem Urbanística e a Prevenção da Criminalidade**. Brasília: Revista de Informação Legislativa nº 178. 2005. p 79-109.

FARREL, Graham; CLARK, Ken; ELLINGWORTH, Dan; e PEASE, Ken. **Of Targets and Supertargets: A Routine Activity Theory of High Crime Rates**. In Internet Journal of Criminology. 1995. Disponível: <[http://www.internetjournalofcriminology.com/Farrell,%20Clark,%20Ellingworth %20&%20Pease%20-%20Supertargets.pdf](http://www.internetjournalofcriminology.com/Farrell,%20Clark,%20Ellingworth%20&%20Pease%20-%20Supertargets.pdf)>. Acessado em 20 de abril de 2012

FELSON, M. **Preventing Retail Theft: an application of environmental criminology**. Security Journal, v. 7, n. 1, 1996. 102p.

FELSON, M.; CLARKE, R. **Opportunity Makes the Thief**. Police Research Series, Paper 98, London: Home Office, 1998. 98p.

FERRI, Enrico. **Programa de Direito Criminal**. Tradução Paolo Capitanio, 2ºed. Campinas: Bookseller. 1999. 198p.

FIG - International Federation of GIS. **A Declaração de Bathurst na Administração do Território para o Desenvolvimento Sustentável**. ISBN: 87-90907-01-9, Dezembro de 1999, Frederiksberg, Dinamarca: 1999. Disponível em: <<http://www.fig.net/pub/figpub/pub21/figpub21.htm>>. Acessado em 23 Jul, 2011.

FIG - International Federation of GIS. **Rápida Urbanização e Mega Cidades: A Necessidade de Gestão da Informação Espacial**. Comissão 3. Relatório de 2010. Disponível em: <<http://www.fig.net/pub/figpub/index.htm>>. Acessado em 23 Jul, 2011.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. IPUF – Instituto de Planejamento Urbano. Florianópolis: 2011. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/>. Acessado em 20 Ago, 2011.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. **Projeto Chico Mendes: Programa Habitar Brasil BID. Proposta Habitacional.** Florianópolis: 2010. 106p.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal.** 10. ed., Forense; Rio de Janeiro: Forense, 2003. 86p.

GARCIA, Romay Conde. **O que é preciso saber sobre Cadastro Técnico Multifinalitário.** Brasília DF: Caixa Econômica Federal, Rio de Janeiro RJ: IBAM, 1997. 50p.

GOMES, Luiz Flávio. **População Carcerária.** Instituto de Pesquisa e Cultura LFG. Disponível em: <<http://www.ipclfg.com.br>>. Acessado em 20 de Abr de 2012.

HARRIES, Keith. **Mapping Crime: Principle and Practice.** U.S. Department of Justice. Programs National Institute of Justice. Washington: 1999. 206p.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal,** 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982. 417p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acessado em 02 de abril de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: São José/SC. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 09/ de Ago de 2012.

ILANUD. Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delincente. **Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança.** São Paulo: Ilanud, 2002. p 731-746.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. 2010. Acessado em 04 Out 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 504p.

JDB. Jornal de Barreiros. Ano 21, nº 229. Agosto/2011. São José: 2011. 48p.

KRUG, Etienne G., DAHLBERG, Linda L., MERCY, James A., ZWI, Anthony B., LOZANO, Rafael. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde / OMS, 2002. 406p.

LEAL, João José. **Direito Penal Geral**. São Paulo: Atlas, 1998. 494p.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 144p.

LILLESAND, T. M. e KIEFER, R.W. **Remote Sensing and Image Interpretation**. New York: Jhon Wiley & Sons, 1987. 721p.

LOCH, Carlos. **Cadastro e a Gestão Pública Municipal**. In: SEMINÁRIO DE CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO, 2005, Brasília. Anais... Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

MAPA DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina**. Disponível em <<http://www.belasantacatarina.com.br>>. Acessado em 25 de Mai de 2012.

MARCONI, Mariana de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2006. 68p.

MEIRELLES, Ely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 16 Ed. Atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989. 259p.

MILLER, Cohen. **Costs of gunshot and cut/stab wounds in the United States, with some Canadian comparisons**. Accident Analysis

and Prevention, Washington, DC: National Academy Press, 1997. p 329-341.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. 18. ed., São Paulo: Atlas, 2001. 114p.

MOLINA, Antônio Garcia-Pablos de.; GOMES, Luiz Flávio. “**Política y criminalidad en el Estado de Derecho**”, em **Polícia y Sociedad**, Ministério del Interior, 1990. p 54-57.

NEWMAN, Oscar. **Natural surveillance. In: Creating Defensible Space: crime prevention through urban design**. New York: Collier Books, 1996. 295p.

NEWMAN, Graeme; CLARKE, Ronald & SHOHAM, S. Giora. **Rational choice and situational crime prevention**. Darmouth Publishing Company Limited. Ashgate, 1997. 165p.

PMPR - POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. SisCOP - **Sistema de Controle Operacional da Polícia Militar do Paraná**, in, Bondaruk, R. L. A Prevenção do Crime através do Desenho Urbano. 2º ed. Curitiba, 2007. 328p.

PMSC - POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. Central de Operações Policiais Militares - COPOM, **Dados Estatísticos de Ocorrências**. Acessado *in loco*, em 10 de agosto de 2009.

PMSC - POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Vistoria Preventiva: O novo serviço de prevenção é implantado no 7º BPM**. Acessado *in loco* em 15 de agosto de 2012.

REIS, Ernesto Santana dos; e BRANDÃO, Arthur Caldas. **Cadastro Territorial como Instrumento de Sustentabilidade**. In: XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia, 2010. Aracaju/SE. 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Construção de Políticas Públicas**. XIII Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Florianópolis: 2009. (CD-ROOM)

ROLNIK, Raquel; e SAULE, Nelson Júnior. **HABITAT II – Assentamentos Humanos como tema global**. In: BOMDUKI, Nabil (org). **Habitat: As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1997. 267p.

SANTA CATARINA, **Constituição do Estado de Santa Catarina – CFESC/89**. Promulgada em 1989. Florianópolis: Insular, 1997. 248p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Segurança Pública – SSP. Disponível em <<http://www.ssp.sc.gov.br>>. Acessado em 07 de Mai de 2012.

SANTANA, Joana Valente. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e Política Urbana no Município de Belém: tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no discurso da participação social**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006. 110p.

SÃO JOSÉ. Prefeitura Municipal de São José. Disponível em: <<http://www.pmsj.sc.gov.br>>. 2011. Acessado em 04 Set 2011.

SÃO JOSÉ. Prefeitura Municipal de São José. **Sobre o Município de São José**. Disponível em <<http://www.pm.sj.gov.br>>. Acessado em 08 de Ago 2012.

SARAIVA, Antônio Paula. **Princípios de Arquitetura Paisagismo e de Ordenamento do Território**. Lisboa: Editor Mirandela. 2005. 585p.

SCHNEIER, Bruce. **Beyond Fear: Thinking Sensibly About Security in an Uncertain World**, Copernicus Books, 2003. 301p.

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Crime, Criminalidade e Violência**. Manual do Curso. Senasp-Ead / ANP. Brasília: Ministério da Justiça. 2009. 86p.

SILVA, T. F. **Um Conceito de Cadastro Multifinalitário**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas. UFPR, 1979. 192p.

SILVA, Cassandra R. de O. **Metodologia e Organização do Projeto de Pesquisa: guia prático**. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET/CE): maio, 2004. 34p.

SIMMEL, G. The stranger. In COSER, Lewis A. (ed.) **The Pleasures of Sociology**, New York: Mentor Book, 1980. p. 235-240.

SOUZA, Robson Sávio Reis. **Direito a Segurança**. Jornal Estado de Minas – Belo Horizonte - MG - Caderno: 1º Caderno - Domingo, 13 de Julho de 2008. 14-16p.

WALD, Arnaldo. **Direito das coisas** 10. ed. ver. aum e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. 265p.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Os novos Padrões de Violência no Brasil. Santa Catarina. Instituto Sangari. Disponível em < <http://mapadaviolencia.org.br/>> Acessado em 30 de abril de 2012.

WALKER, Samuel. **A Critical History of Police Reform: The Emergence of Professionalism**. Lexington, MT: Lexington Books. 1977. 135p.

WALNER, Sérgio. **Doutrina Geral de Polícia**. Santa Catarina: PMSC, 2000. 45p.

WEBER, M. **The City**. New York: The Free Press, 1966. 186p.

WILSON, James Q. **Thinking About Crime**. New York: Vintage Books. 1983. 141p.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Ccivil: Direitos Reais**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

APÊNDICE I - Questionário de Vistoria Preventiva

VISTORIA PREVENTIVA RESIDENCIAL - VPR

DADOS GERAIS DA VISTORIA	
Nome do Prop. / Resp:	Data:
E-mail	GPS - Coord. Geográficas:
CPF nº	RG nº.
Endereço:	Nº.
Complemento:	Bairro:
Município:	Estado:
Ponto de referência:	
Empregado: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> informal	Escolaridade: <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Superior

IDENTIFICAÇÃO DA RESIDÊNCIA
O nome da via / rua está claramente visível? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Nome inexistente
O número da residência está claramente visível? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Número inexistente

HISTÓRICO DE VITIMIZAÇÃO
A residência está livre de antecedentes criminais: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe
Se não, quantas vezes ocorreu algum delito na residência? <input type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> 02 <input type="checkbox"/> 03 <input type="checkbox"/> 04 <input type="checkbox"/> 05 <input type="checkbox"/> 06 <input type="checkbox"/> ou mais
Foi feita alguma mudança comportamental ou estrutural para evitar delitos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe
O que foi feito?

ACESSIBILIDADE
A via pública permite o fluxo de veículos em frente à residência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
A via pública permite o fluxo de pedestres em frente à residência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
A entrada da residência é recuada da via pública? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
A Propriedade possui segurança eletrônica? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
A garagem possui portão eletrônico? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica

ILUMINAÇÃO
Existe iluminação pública adequada em frente à residência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Existe iluminação privada suficiente para iluminar grande parte do perímetro interno da propriedade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Se sim, a iluminação do perímetro interno é protegida? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
O sistema de iluminação possui Sensor de Movimento? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
O sistema de iluminação possui Sensor de Claridade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
O sistema de iluminação Possui Timer? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica

BARREIRA PERIMETRAL
Existe muro, barreira perimetral ou contenção? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Se sim, esta barreira perimetral promove a segurança da propriedade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Se sim, a barreira permite a visibilidade na propriedade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Se sim, a barreira está íntegra não necessitando de manutenção? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Se SIM, a propriedade é toda circundada pela barreira? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
No perímetro externo da habitação existem alarmes ? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
No perímetro externo da habitação existem câmeras de vídeo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Existem ofendículos como arames farpados, lancetas e outros? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Existe segurança privada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Existem cães de guarda? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
O portão de entrada de veículo, quando fechado, permite boa visibilidade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
O portão de entrada de pessoas, quando fechado, permite boa visibilidade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
A barreira perimetral está livre de estruturas físicas que possibilitem o acesso à propriedade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica

A barreira perimetral está livre de vegetação que possibilite o acesso à propriedade?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não se aplica
O depósito de lixo está bem localizado? (evita o efeito escada)	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não se aplica

ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO			
Na frente da residência há manutenção na de arborização / paisagismo?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não se aplica
Se não, a arborização / paisagismo, na via pública, está adequada à visibilidade?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não se aplica
Se não, a arborização / paisagismo, na via pública, está adequada à iluminação?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não se aplica
O interior da propriedade está livre de arborização/ paisagismo?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não se aplica
Se não, a arborização / paisagismo, na propriedade, está adequada à visibilidade?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não se aplica
Se não, a arborização / paisagismo, na propriedade, está adequada à iluminação?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não se aplica
Se não, a arborização / paisagismo, na propriedade, esta livre de esconderijos?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não se aplica

VISIBILIDADE	
EXTERNA	A edificação é facilmente visualizada da via pública? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	É possível visualizar, pelo menos, 200m da extensão da via pública? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	A via pública está livre de "esconderijos"? (entulhos, árvores, cantos cegos...) <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
INTERNA	Há visibilidade para a via pública pelas aberturas da edificação (portas e janelas)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica

REFORÇO TERRITORIAL / VIGILÂNCIA NATURAL	
Período com bom fluxo de Pedestres?	Manhã? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Tarde? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Noite? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Madrugada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Período com bom fluxo de Veículos?	Manhã? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Tarde? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Noite? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Madrugada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Áreas com aspecto de desordem e abandono?	Existe coleta de Lixos e Resíduos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	A área está livre de construções abandonadas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Há boa conservação das estruturas presentes? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	A área está livre do comércio/consumo de drogas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	A área está livre da Prostituição? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	A área está livre de pichações? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Há contatos sociais e relacionamentos com os vizinhos?	A área está livre de depredações? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Os terrenos laterais estão ocupados? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Frente? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Esquerda? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Direita? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Fundos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Estruturas Urbanas e Públicas próximos a residência	Existe algum estabelecimento comercial? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Se sim, funciona 24h <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Existe algum órgão público? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Se sim, funciona 24h? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Existe espaço de lazer? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Se sim, possui boa manutenção? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	

AMBIENTE EDIFICADO	
JANELAS	Há trancas nas Janelas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Se sim, estão em bom estado de funcionamento e conservação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	As Chaves estão em bom estado de funcionamento e conservação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica

	Há grades nas janelas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Se sim, elas estão em bom estado de funcionamento e conservação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
PORTAS EXTERNAS	Há olho mágico? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	A Fechadura está em bom estado de funcionamento e conservação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Os vidros nas portas estão longe do acesso à fechadura? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	A porta é reforçada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	A porta está em bom estado de conservação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	As dobradiças estão livres do acesso pela parte externa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	As dobradiças são reforçadas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
PORTÃO DA GARAGEM	Possui fechadura e dobradiça reforçadas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Possui dois portões (um do perímetro e outro da garagem) ? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
INTERIOR DA EDIFICAÇÃO	Há alarmes no Interior da residência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Há câmeras no interior da residência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Há algum cão no interior da residência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Há Segurança Privada no interior da Residência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
PISO SUPERIOR	Há grades nas Janelas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Há trancas nas Janelas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Há grades nas Portas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Há trancas nas Portas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Há grades nas Varandas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	Há trancas nas Varandas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
	O piso superior está isolada de acessos alternativos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica (ex.: Árvore, muros, entulhos, etc.)

VALIDAÇÃO			
POLICIAL MILITAR VISTORIADOR	Nome:		
	Mat.:	OPM:	Assinatura
PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL	Nome		Assinatura
	Feed Back ao Morador: <input type="checkbox"/> Verbalmente <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> Pen-drive <input type="checkbox"/> Pegará na OPM <input type="checkbox"/> Não teve interesse <input type="checkbox"/> Outros:		